



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

12

ATA N.º 05/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia (continuação)

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2022”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2022”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2022”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração Orçamental Modificativa – Revisão Orçamental”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 da WEMOB”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Atualização de Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2022”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2022”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da Minuta de Adenda ao Acordo celebrado entre a CMA e a REN”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Isenção de pagamento de estacionamento para a semana de 2 a 9 de janeiro de 2022”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento dos/as cidadão/as senhores/as Olga Natália Maia Mariano (PS) e Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento dos/as cidadãos/ãs senhores/as Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Ava Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE), por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Nuno de Avelar Pinheiro por impedimento de Miguel Alexandre Rocha Marques (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Rogério Celestino Gomes Gonçalves (PS), e o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vitor Miguel Pereira Lourenço (PS).

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Senhor Presidente informou o plenário tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia em substituição da Senhora Vereadora Helena Manuela Gil Azinheira e do Senhor Vereador Fernando Cordeiro Cruz em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Múncipe Rangel da Costa Sobral;

5.1.1 – O Senhor múnice Rangel da Costa Sobral:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu residia há quase 2 anos na praca Dr. José Lourenço de Carvalho, em Almada, é uma praca fechada, sem rua de saída, só tem um acesso, e ali parávamos todos nós os carros como está lá até hoje. Só que a um dia a empresa de trânsito foi lá e aplicou coimas em todos os carros e também numa outra praca adjacente que não me recordo o nome neste momento. Então os moradores reuniram-se e decidiram discutir o assunto já que ninguém ficou satisfeito uma vez que há pessoas



JK

que moram nessa mesma praceta há mais de 30 ou 40 anos e lá param os seus carros da mesma forma, por questões de espaço, não é por outro motivo, é mesmo pelo que é possível parar. E esse debate decorreu em 2019, 2020, 2021 e agora precisamente 2 anos e 3 meses, eu recebi em casa a multa e também vem com um valor bem diferente do atual, me cobraram 45.00€ (quarenta e cinco euros) pelo estacionamento, e mais 51.00€ (cinquenta e um euros) por custas de processo. Então eu vim expor esta questão porque na realidade não houve má intenção dolo, não houve como não há e vim mesmo pedir ajuda nesse sentido. Outras pessoas também foram e devem estar aparecendo aí nos próximos dias porque também foram multados da mesma maneira, a multa não foi paga na ocasião porque foi uma decisão dos moradores que pediram para não proceder ao pagamento porque estamos em discussão com a WEMOB e com a Câmara Municipal. Mas agora, num período tão difícil chegar uma multa com um valor tão alto, é nesse sentido que eu venho falar convosco e expor esta situação. Se for possível fazer alguma coisa eu estou sempre à disposição. Têm o meu endereço eletrónico. Agradeço a oportunidade e peço desculpa pelo incomodo.”

5.2 - Em resposta à Senhora Múncipe, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhor Vereador Filipe Pacheco.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por pedir desculpa pela minha ausência ontem, mas de facto, tive um pequeno problema de saúde que não é COVID, como se pode perceber pela minha presença aqui, portanto, quero deixar toda a gente aqui descansada. Agradecer a Sessão de ontem e aproveitar para aqueles a quem ainda não dirigi, espero que as festas de Natal tenham sido boas e daqui até ao final desta Assembleia Municipal certamente terei outras ocasiões para desejar também um bom ano.

Muito brevemente, quero só dizer ao senhor município que de facto, não tem de pedir desculpa de vir aqui à Assembleia Municipal, este é um espaço que é vosso e por isso é natural que aqui venham. De qualquer maneira eu penso que essa praceta é justamente daquelas pracetas que estava incluída e está e nós vamos ter que resolver a questão do novo Regulamento de Estacionamento e até a criação de um estacionamento para moradores, e como sabe, houve aqui um impasse e uma dificuldade jurídica entre o novo Regulamento e o anterior, que continua a ser o mesmo, que é aquele que continua em vigor enquanto o novo não ficar plenamente resolvido e publicado e não haver a resolução destas dúvidas, que é algo que temos que fazer rapidamente.

Sobre o procedimento e a demora. Uma coima não pode ser uma decisão coletiva que decide não pagar e fica sem efeito, não é isso. Pelo que vejo, se forem 2 anos, nem sequer estão a ser aplicados qualquer tipo de juros de mora ou outra coisa, mas de qualquer maneira eu própria irei e vou passar a palavra ao Senhor Vereador Filipe Pacheco que agora está com tema da WEMOB, para saber se tem dados mais concretos se não, irei ver o que é que se passa neste caso. Agora, mais uma vez as coimas não são por ser uma decisão coletiva que não têm que ser pagas, se me permite. Mas tem razão, eu conheço a praceta e era de facto, daqueles casos em que tem que se declarar que é para residentes, porque é o que faz sentido nessa praceta. Agora, infelizmente com o Regulamento que está em vigor, não está identificado com sendo de residentes.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não tenho assim muito mais informação, só dar aqui uma ou duas notas.

Portanto, em 1º lugar, obviamente, não tem de pedir desculpa para vir aqui, é um direito seu, e é esta também a nossa função ouvir aqueles que são os problemas e tentar dar-lhes resposta.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu não sei concretamente em que altura temporal decorreu essa multa, aquilo que sei é que a WEMOB no geral e nós assistimos a isso mesmo atualmente em período de pandemia, tem tido uma atuação bastante suave, com aquilo que é os poderes que tem de regulação da mobilidade em Almada. Portanto, muitas vezes na maioria das situações, a WEMOB multa quando estão em casa situações em que a mobilidade de seja às vezes de viaturas de emergência, ou passagem de carros ou até mesmo de peões está condicionada. E, portanto, eu não sei se neste caso em concreto foi essa situação, aquilo que lhe posso dizer também é que e aquilo que a Senhora Presidente da Câmara já disse, é que, normalmente mesmo quando achamos que não há razão numa determinada multa, não é por não a pagarmos que ela deixa de existir e, portanto, foi isso que aconteceu. Aquilo que eu posso tentar fazer é perceber que situação em concreto, daqui a pouco falarei consigo para perceber a situação concreta, também perceber junto dos serviços da WEMOB o que poderá ter sido, apenas e só também para explicar com mais detalhe o racional de atuação da WEMOB, é apenas isso. Muitas vezes a WEMOB é uma empresa e os próprios trabalhadores, são às vezes incompreendidos naquilo que é a sua atuação diária, mas todos nós sabemos se fizemos aqui uma reflexão mais atenta, que é uma atuação que é necessária para nós termos uma mobilidade harmoniosa no nosso Concelho.”

5.3 – Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Somente me dirijo a esta Assembleia Municipal, neste caso sendo eleita municipal, mas tendo um vizinho feito a intervenção, sendo ele também residente nesta artéria na praceta, esclarecendo que não é verdade que a zona já não seja de residentes. Aliás, esta é uma unidade que foi criada como zona de residentes desde o próprio Regulamento criado com zonas de residentes e nada de revisões ou alterações ao Regimento nem de áreas mistas. Portanto, nós temos dístico desde 2008, e é curioso que se fale aqui em revisão de regulamento, tudo bem, então quando houver revisão de regulamento então pode haver uma zona mista e aí os residentes não são multados.

Primeiro, há zonas onde a ECALMA tem parquímetros e onde pessoas que não são residentes estacionam em cima do passeio, como é o caso do Pragal, da artéria Torcato José Clavine, que faz ligação à rua Direita, portanto há zonas onde a ECALMA tem um peso e noutras zonas que tem outra medida. Nós residentes com o dístico, dentro da praceta e não foi o caso só do Senhor Rangel ou da Sónia, foram dezenas de pessoas que receberam multas, no meu caso eu tenho 3, e desde já informar e esclarecer o Senhor Vereador, estamos a falar de outubro de 2019, setembro de 2019 e de dezembro de 2019, eu tenho 3 multas 91.00€ (noventa e um euros) cada, não pagarei nenhuma certamente, mas são dezenas, dezenas de pessoas que foram multadas, não foi num dia em que não conseguisse entrar ou sair um veículo de ambulância ou emergência, não foi, os trabalhadores estão a receber ordens, os trabalhadores não foram ali em brigada durante dias e semanas seguidas sem recebem ordens da administração. Setembro, outubro e dezembro de 2019. Naturalmente que já houve multas que prescreveram, passados 2 anos certamente que já prescreveram. Porque é que estamos a receber agora as multas como moradores a ter que assinar cartas com aviso de receção.

Neste caso deixo estas novas informações e pedido de esclarecimento à vereação.”

5.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Face à informação que nos deu aqui a Senhora Deputada Municipal Sónia Silva, que poderia ter dado antes, dado que é de 2019, mas pelos vistos decidiu comunicar 2 anos depois, esse facto que tanto a escandaliza, há uma questão clara que é, se os senhores são residentes e se as multas foram passadas indevidamente, a WEMOB tem todo o sistema de reclamações e normalmente esse sistema funciona



de forma eficaz. Agora, seja de uma maneira ou de outra, não é por decisão unilateral de 1, 2 ou 10 moradores, que se paga ou não se pagam multas, e a Senhora Deputada Municipal, aliás, tem obrigações especiais quando diz essa coisa: “eu não pagarei”, pode decidir não pagar, agora também se estiver em falta traz consequências, se de facto for a empresa que está em incumprimento, também sabemos assumir esses problemas.

Portanto, Senhora Deputada Municipal faça o seu trabalho e faça um requerimento como deve ser, e ajude os seus vizinhos porque tem capacidade para isso e obrigação enquanto eleita tanto neste mandato como no anterior.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, com a apresentação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal (continuação)

6.1.1 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José Rocha (BE), João Geraldês (CDU), Nuno Pinheiro (BE), António Salgueiro (PSD), o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.1.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Retomando as questões que foram colocadas ontem e que eu tentarei não esquecer nenhuma, respondendo à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, eu penso que nos colocou 3 questões.

A primeira dizia respeito ao número de esterilizações feitas em 2021. A informação que nós temos dos serviços, é que foram e temos um levantamento mensal que eu posso partilhar consigo, mas foram feitas um total de 587 esterilizações, portanto estamos a falar de mais de meio milhar de esterilizações feitas ao longo do ano. Certamente que, é um número que interessa ao longo dos próximos anos comparar aquilo que é a evolução. Meio milhar pode ser muito ou pode ser pouco, face aquilo que são as necessidades do Concelho, e, portanto, é essa sim, a análise que interessa fazer mais até do que o número absoluto.

Depois em relação aquilo que são as denúncias de maus tratos e até negligência sobre animais, é importante lembrar que este tema é também desde logo, a primeira competência é também das forças policiais, o que não significa que não haja aqui também um papel a desempenhar pela Câmara Municipal. Aquilo que nós estamos a fazer e o serviço veterinário que será, entretanto, atualizado como o saberá, aquilo que estamos a fazer é, sempre que recebemos uma denúncia, encaminhamo-la para a força policial competente a solicitar uma vistoria. Após essa vistoria o veterinário elabora um relatório que é enviado também para a força policial, e portanto, todo o procedimento a Câmara Municipal está a fazê-lo, achamos que há sempre capacidade para melhoria e por exemplo, há uma capacidade de melhoria que nós temos, é por exemplo, naquilo que são a elaboração desses relatórios, seja com mais fundamentação, mais fotos, porque nós sabemos que muitas vezes o problema concreto destas situações de denúncia de maus tratos e negligência, é depois conseguir provar ou conseguir que exista alguma consequência. Achamos que podemos avançar ou pelo menos ter aqui mais capacidade de melhorar estes relatórios, de forma a que possa existir uma consequência maior sobre este tipo de situações.

Por último, uma última questão que nos tinha colocado, sobre o funcionamento do futuro Centro de Recolha Oficial, nós neste momento estamos já numa fase de relatório preliminar sobre as propostas de projeto, existiram 3 propostas. Aquilo que nós nos comprometemos, independentemente do processo que está a decorrer e que a Senhora Deputada sabe que está a decorrer, aquilo que nós nos comprometemos é: com aquilo que foi o Programa Eleitoral do partido socialista. Está no Programa Eleitoral do Partido Socialista, fazer um novo Centro de Recolha Oficial durante este mandato.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Durante este mandato, é isso que acontecerá, um novo Centro de Recolha Oficial, não nos queremos comprometer com nenhuma data, porque existem os procedimentos normais e às vezes atrasa mais alguns meses menos alguns meses, mas existirá o novo Centro de Recolha Oficial durante este mandato.

Depois, relativamente às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Luís Palma. A primeira dizia respeito ao tema da habitação e concretamente sobre a rua Ruy Luis Gomes. Nós na rua Ruy Luís Gomes estamos a fazer algo muito importante. Naquela rua foram reabilitados os 2 primeiros edifícios, no início do próximo mês, teremos os dois primeiros edifícios totalmente reabilitados, desde há muitos anos na Câmara Municipal de Almada. São edifícios reabilitados recorrendo já a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência. Ou seja, o PRR está já a acontecer na Câmara Municipal de Almada. E, portanto, mesmo quando há boa vontade, há um contexto positivo, às vezes nem tudo corre como queremos. Qual foi o problema aqui? Na obra da cobertura, a mudança da cobertura foi feita exatamente no mesmo dia em que ocorreu aquela chuvada. Neste caso o empreiteiro não cuidou de precaver essa chuvada, aquilo que aconteceu foi que houve a instalação de coberturas exatamente no dia posterior, e logo no dia posterior, aquilo que os serviços da Câmara Municipal fizeram foi deslocar-se ao local, falar com todos os moradores desse prédio, foi sugerido o alojamento temporário numa instalação hoteleira, todos os moradores rejeitaram essa solução e aquilo que nós temos neste momento é uma vitória dos serviços da Câmara Municipal e do empreiteiro nos próximos dias, salvo erro, na próxima semana já marcada, para quê? Para fazer o levantamento de todos os problemas e a consequente reparação. Mas neste momento foi instalada uma cobertura que previne qualquer novo problema desses.

Por último, questões relativamente ao desporto sobre a falta de água, aqui nos balneários deste Pavilhão. O problema em concreto, não é falta de água quente. Aquilo que acontece é que existem 3 bombas que fazem o bombeamento das águas, duas delas estão avariadas, só uma é que faz o bombeamento das águas quentes. Ou seja, existe água quente nos balneários, mas ela não é suficiente para todos os banhos. Isto é um problema que já está em resolução, nós neste momento temos já procedimentos lançados para resolver o problema das duas bombas, mas como sabemos são resoluções que não são imediatas. Dizer também aqui que, o problema é um problema estrutural e é um problema de fundo. Quando durante anos, se desinveste naquilo que é a manutenção dos equipamentos, essa manutenção passa a investimento estrutural. E nós neste momento, um pouco por todo o Concelho, nós temos um problema gravíssimo estrutural nos equipamentos desportivos municipais em Almada. Um problema de manutenção que precisamos de resolver, estamos a fazer um trabalho muito importante de resolver e de recuperar esse investimento, mas ele não acontece de um dia para o outro.”

6.1.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou responder a questões de ontem, confesso que não as ouvi todas e, portanto, deixarei aos Senhores/as Deputados/as que ainda queiram fazer mais alguma pergunta.

Mas queria dar duas notas, porque me transmitiram aqui uma pergunta do Senhor Deputado Municipal João Gerales, e já agora, só dizer em relação aos equipamentos desportivos, até porque estamos no início de um novo mandato, há novos Deputados/as Municipais, mas encontramos aqui neste Pavilhão, dizer que temos feito um grande esforço para ir fazendo obras de reabilitação como diz o Senhor Vereador, de requalificação, sem no entanto fechar os equipamentos, é verdade que entretanto não podíamos ter previsto a questão da pandemia, e, portanto, todos os procedimentos têm sido lançados de modo a conciliar as obras de requalificação com o usufruto dos equipamentos, nem sempre é possível como é o caso agora de algumas das piscinas, temos mesmo de as fechar porque senão não conseguimos. Dizer que em particular neste Pavilhão, como podem ver, toda a parte de cima já foi reabilitada, o Pavilhão já foi todo pintado, aqui dentro como no exterior, que era algo que nunca tinha sido feito desde a sua inauguração, que os balneários têm



estado a ser todos reabilitados, que muitos dos problemas e das avarias técnicas das caldeiras têm estado a ser também requalificadas, mas é verdade, que alguns são mesmo problemas muito graves e estruturais. E que nem sempre é possível essa conciliação. É algo que muitos dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais aqui presentes sabem bem e conhecem bem, têm bem consciência dessa dificuldade, é uma gestão difícil e até admito que às vezes podemos tomar a decisão errada que é tentar ir arrançando com o equipamento em funcionamento. Foi essa a opção que tomamos, nalguns casos não é possível. Relembro as minhas palavras e até as imagens que dei há 4 anos atrás, em que tínhamos caldeiras inclusivamente com fita cola, agarradas com cordéis e fita cola, era essa a realidade de muitos dos nossos equipamentos. Portanto, temos estado a fazer este esforço. É evidente que, os dois últimos anos trouxeram-nos uma situação particular que era imprevisível. Podiam ter dito: “podiam ter aproveitado isto estar fechado durante um ano”. Pois podíamos, mas para o ter aproveitado tínhamos que ter lançado os procedimentos antes e essa questão não era possível.

Relativamente, e o Senhor Deputado Municipal João Gerales irá perdoar se eu não percebi bem a questão que me foi solicitada, penso que o Senhor Deputado referia uma discrepância no primeiro quadro relativamente às despesas da Secretaria Geral, de 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros). Permita-me que lhe diga Senhor Deputado, que esses 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros) que refere, penso eu, diz respeito à inclusão do Saldo de Gerência quando foi da 1ª Revisão Orçamental que foi de 18.000.500.00€ (dezoito milhões e quinhentos euros). Se quiser o que está no primeiro quadro é a despesa efetuada. As receitas arrecadadas, toda a despesa do Saldo de Gerência está noutra quadro, a receita cobrada líquida, só para termos uma noção foi de 130.258.269.042€ (cento e trinta milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove euros e quarenta e dois centimos), os pagamentos foram na ordem dos 82.146.975.027€ (oitenta e dois milhões, cento e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco euros e vinte e sete centimos), o saldo do exercício deste exercício, é o que dá os 29.611.294.015€ (vinte e nove milhões seiscentos e onze mil duzentos e noventa e quatro euros e quinze centimos). Esta receita líquida inclui o Saldo de Gerência utilizado na 1ª Revisão Orçamental, que tem a classificação económica 16, Saldo de Gerência anterior, inscrito no capítulo outras receitas, onde poderá encontrar esta referência. Para o ano de 2021, o Saldo de Gerência anterior que transitou era de 23.899.000.00€ (vinte e três milhões oitocentos e noventa e nove mil euros), cobrada nos períodos anteriores face à despesa realizada e representa o valor contabilizado em disponibilidade que pode ser utilizado como reforço do orçamento de despesa naturalmente. Deste modo o saldo orçamental, receitas de despesa sem utilização do Saldo de Gerência, é 29.611.294,15€ (vinte e nove milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e noventa e quatro euros e quinze centimos). Portanto, se quiser posso lhe fazer chegar o quadro com esta explicação.”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a este documento que nos é apresentado sobre a atividade municipal, tomamos nota de algumas rúbricas que nos suscitam algumas dúvidas, e para as quais gostaríamos de ser devidamente esclarecidos pelo executivo.

A primeira questão que queremos colocar é, porque motivo até final de novembro as receitas de capital provenientes dos projetos cofinanciados, registaram uma quebra de 71% face às dotações orçamentais corrigidas, e falamos de mais de 77% face às dotações originalmente orçamentadas, e quanto a nós é importante que se identifique quem é que está a falhar, se a Câmara Municipal de Almada, se o Estado ou se a União Europeia, porque na verdade, não podem existir outros responsáveis.

Passando à questão seguinte. Como é que se explica que o investimento na qualificação dos trabalhadores da Câmara Municipal, tenha ficado até 30 de novembro último, 31% abaixo do orçamento corrigido? E falamos dos 48.9% abaixo do orçamento original. Como é que é possível que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

um orçamento que já de si deficitário em termos de aposta nos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada, sofra ainda mais erosão.

Passando a outra questão. Como é que o executivo explica que os encargos com a cobrança de receitas se mantenham a níveis superiores de 1.25 milhões de euros? Qual a eficiência que o executivo não está a conseguir colmatar? É importante, naturalmente, que nos elucide que receitas tem esse custo, uma vez que não poderão ser associadas ao IMI, ao IMT ou às relacionadas com o IRS, e também não nos parece que possam ser relacionadas com as receitas de capital.

Portanto, a ideia com que ficamos, é que quase paga mais para cobrar a receita do que efetivamente ganha com a receita cobrada.

Passando à questão seguinte. Qual a explicação para que num contexto em que as Freguesias têm cada vez mais responsabilidades, o valor transferido para estas entidades, seja 29,1% inferior ao orçamentado em termos correntes e 24,1% inferior em termos de transferência de capital.

Que atividades estas Freguesias não conseguiram honrar por falta de investimento camarário? Quais os motivos por detrás desta limitação de capacidade de atuação das Freguesias e quais as Freguesias que foram mais afetadas?

Ainda no contexto das transferências realizadas pelo executivo em 2021, como é que o executivo explica que as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, tenham sido 26,2% abaixo do orçamentado do orçamento para 2021, e as transferências de capital tenham tido um comportamento semelhante? Ficando 15,2% abaixo do aprovado por esta Assembleia Municipal? Como é que o executivo explica às famílias mais carenciadas do Município, que são inclinas em habitações camarárias, que dos cerca de 2,9 milhões de euros orçamentados para reparações, falamos, portanto, de menos de 63,4%. Esta situação é tanto mais gravosa e insultuosa para as famílias, quando no mesmo período as rendas efetivamente cobradas, cresceram 23,4% face a todo o ano de 2020.

O custo dos materiais de construção aumentou em alguns casos em 2 dígitos percentuais?

O que é que este executivo municipal diz às famílias que lhes chove em casa, cujos isolamentos estão parados e cujas condições remuneratórias, não lhes permite mais do que esperar um incompetente assistencialismo camarário.

Como se explica, que num contexto de urgência climática, o investimento do executivo nos parques e jardins do Município tenha ficado em 82% abaixo do orçamentado? Isto diz-nos de facto, para um Município que se quer afirmar como destino ambientalista sustentável da Área Metropolitana de Lisboa, esta é apenas mais uma prova de que existe um iate cada vez maior entre o dizer e o fazer em Almada.

Passando ainda a outra questão, mas ainda dentro deste contexto, mas se em termos de política ambiental e de preservação do espaço verde público nada ou pouco mais que nada foi feito, em 2021, em termos de reabilitação, manutenção e requalificação da rede viária municipal, o esforço do executivo foi pouco esforçado, uma vez que apenas 25.7% das verbas orçamentadas para esta rubrica, foram efetivamente aplicadas.

Enfim, estas são as notas que tomamos de algumas rubricas, são as dúvidas e são as questões que colocamos, no que respeita a este Plano de Atividades que nos é apresentado, mas confiando naturalmente que nos sejam prestados os devidos esclarecimentos por parte do executivo.”

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Rapidamente apenas para registar o seguinte: eu agradeço em nome da bancada da CDU, o esforço que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, fez não tendo estado ontem na reunião e, portanto, não tendo ouvido a pergunta que nós aqui colocamos, o esforço que fez nesta 24H00 para encontrar uma resposta à questão que nós colocamos. Mas a resposta não foi suficiente na nossa opinião, e, portanto, é reiterar que o pedido no sentido que a Senhora Presidente como aqui disse que o faria,



que nos fizesse chegar a informação concreta sobre que destino foi dado a estes 18,5 milhões de euros, (eu ontem disse 18 milhões de euros, enganei-me na conta, são 18,5 milhões de euros), porque a Senhora Presidente da Câmara não foi capaz de encontrar o quadro, portanto, agradecemos que quando o encontrasse que nos informasse. É só por uma questão de rigor.”

6.1.1.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço desculpa Senhor Deputado Municipal João Geraldês, de facto, como não ouvi a pergunta posso ter falhado.

O destino que foi dado é simples, foi Saldo de Gerência incorporado. Portanto, o destino que lhe demos foi incorpora-lo. Não lhe posso dizer mais do que isso. Foi incorporado, foi colocado em rubricas e permitiu com esse dinheiro lançar obras, cabimentar obras, lançar procedimentos. E espero que com as respostas que vou dar ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, possa perceber qual é que é o destino.

A primeira questão que eu quero dar é que em primeiro lugar, nós estamos a falar de uma execução final como sabem, nesta altura não gastamos. E ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, permita-me dizer-lhe que estava a ouvi-lo e tive assim um flashback e voltei há um ano atrás exatamente, com o Senhor Deputado Municipal a dizer que a nossa execução era insuficiente, que não conseguíamos. E felizmente o ano de 2020 veio-se a comprovar que nunca houve uma execução tão grande, nem tantos valores. Dito isto, há uma questão, até tenho um PowerPoint que posso mostrar aqui a execução de 2020. Portanto, acho que era melhor mudarem o vosso discurso e não trazerem sempre o mesmo da falta de execução.

Dito isto, há um problema e isso nós não negamos desde o início, tivemos dificuldades nalgumas obras, é verdade, lançamento de obras. Achei graça dizer que, o problema ou é a Câmara Municipal, ou é o Estado ou são os Fundos Europeus, o contexto não existe.

Primeira questão, sim, obras como a Estrada Florestal, houve uma série de obras que estavam a aguardar o visto do Tribunal de Contas e que chegou agora, e, portanto, não podiam arrancar antes disso, como é o caso por exemplo, da Avenida do Mar. Portanto, nós tivemos muito tempo a aguardar tudo isto. Portanto, todo esse pacote não foi possível, no qual se inclui parte das obras de Cacilhas, embora grande parte de Cacilhas já esteja a funcionar, e tem candidatura associada, a Estrada Florestal tem candidatura associada, a Carlos Gargaté só conseguimos agora o visto do Tribunal de Contas até ao empréstimo ao qual estavam associados e, portanto, só agora é que nós vamos conseguir arrancar com a obra.

Outra das questões importantes, a candidatura dos bios resíduos, olhe, não é nenhum dos três, são os fornecedores que pura e simplesmente não conseguem peças para os veículos, e, portanto, não nos foram entregues dois veículos, estamos a falar de quase 800.000.00€ (oitocentos mil euros), na aquisição de veículos, é o contexto, como sabe, neste momento há uma grande crise de materiais. É verdade, um aumento substancial também das matérias primas, o que fez com que alguns dos concursos lançados ficassem vazios, nalguns casos e eu relembro, como é o caso da Maria Rosa Colaço que é um caso que nos preocupa e que nós temos estado sempre mobilizados, estamos a falar de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) para uma Escol, que há pouco mais de um ano e meio, dois anos, quase que estava orçamentada pela metade, portanto, está a ver o esforço que tem que ser feito pelo Município. Portanto as razões são várias e sobre essas razões nós nunca fugimos a dizer claramente o que é que são.

Houve a questão do amianto. O amianto nós conseguimos em tempo record lançar o concurso, fizemos em três lotes, há dois lotes que estão a funcionar. Ou melhor, foram cinco lotes, mas foram três empresas que ganharam. Um funcionou muito bem, outro teve um pequeno percalço, o terceiro está com mais dificuldades. Dia 9 estará tudo pronto, sim, mas estava previsto terminar em novembro, julgo que era essa a data que estava prevista terminar. E, portanto, há variadíssimas razões para esse facto e que naturalmente, nós Almada como todos os outros Municípios e eu peço



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aos Senhores/as Deputados/as Municipais, que não vivam tão numa bolha, é muito importante nós olharmos para a realidade local, mas não se pode viver aliado de todo um contexto nacional e que é um problema que nos está a afetar a todos e que aliás, os próprios Municípios até no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na Área Metropolitana de Lisboa, é algo que nós falamos insistentemente.

Falou a certa altura do aumento do preço dos materiais. Vai se tornar em breve insustentável e eu espero sinceramente que mesmo as verbas acordadas com o PRR, quero que saiba que o próprio IHRU já aumentou o preço do m² para 1.500.00€ (mil e quinhentos euros) m², quando estava em 750.00€ (setecentos e cinquenta euros) só para ter uma noção, estamos a falar de mais do dobro e mesmo assim não temos a certeza que seja eficaz em termos de construção. Portanto, estou-lhe a dar aqui só um exemplo.

Relativamente às transferências de competências, um orçamento é sempre uma estimativa, e relembro que no ano passado só duas Uniões de Freguesias é que aceitaram as competências, e as que aceitaram as competências, naturalmente receberam mais dinheiro do que tinham porque receberam mais competências também. Portanto, o que é que ficou por executar? Ficou por executar a aceitação de competências que agora em janeiro vamos começar essa negociação até porque agora o prazo chegou ao fim. Se me pergunta se eu preferia ter desde o início as 4 Uniões de Freguesias e a Junta de Freguesia da Costa da Caparica todos sentados à mesa? Preferia, penso que teria sido mais equilibrado, mais harmonioso, isso de forma evidente, porque que é que ficou? Olhe porque era uma previsão.

Por outro lado, não consigo perceber e até não faz muito sentido, estar a dizer a falta de execução ao nível dos Recursos Humanos, neste momento se há rúbrica onde está tudo executado é de facto, a questão dos Recursos Humanos. Portanto, mais uma vez, espere pelo final das contas e logo veremos qual é que é a execução final. De qualquer maneira, naturalmente, não acompanho as interpretações, se é que entendi bem e quais eram ou subentendidos que ali estavam.

Nos apoios sociais, eu volto a dizer, se houve rúbrica que aumentou muito, muito mesmo, é ao nível das transferências. Ao nível das transferências de apoios sociais, ao nível das transferências para as associações, para as IPSS, para as Coletividades, a todos os níveis. Há parte da verba e isso eu posso repetir quantas vezes os Senhores Deputados Municipais quiserem, há partes da verba nomeadamente, nos apoios excecionais, em 2020, é porque não saiam da rúbrica COVID e agora, é porque saem da rúbrica COVID. E, portanto, há apoios que foram redirecionados para aquilo que são as despesas inerentes a um apoio de emergência. Mais uma vez, eu acho que é mais importante estar a ver percentagens em abstrato, haver por um lado, os montantes exatos como foi o maior orçamento de sempre, o de 2021, mesmo ao nível das percentagens é preciso ter em conta, porque de facto, 60% de mil é menos do que 50% de dois mil, é tão simples quanto isto. Só estou aqui a simplificar.

Não percebi bem o que é que considera insultuoso. O assistencialismo camarário? Essa agora é que não entendi, confesso, mas eu estive adoentada deve ser um problema meu, essa não entendo. Ao nível da habitação já ouvi o Bloco de Esquerda criticar-nos por muitas coisas, agora criticarem-nos por assistencialismo camarário, é que eu não sei o que é que isso significa. Senhor Deputado Municipal eu peço desculpa, não consigo responder a uma pergunta cujo o alcance não atinjo, é demasiado elaborado para as minhas fracas capacidades.”

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, falou há pouco na questão da Estrada Florestal que teria tido o visto do Tribunal de Contas ontem. Eu venho assim com este ar um bocado rústico, sapatos alentejanos e coisas assim, porque hoje precisamente fui ver o que é que se passava quer na Estrada Florestal, quer com a questão dos passadiços. Tinha ouvido referências a que seria um atentado ambiental, devo dizer que estive lá e não posso deixar de ter essa mesma opinião e de achar muito



estranho que a Câmara Municipal de Almada deixe passar aquilo apesar de não ser em área da sua competência.

Quanto à Estrada Florestal, para quem recebeu o visto do Tribunal de Contas ontem, o que eu vi hoje foi árvores abatidas em enorme quantidade. Eu acho que um dos balanços que a Câmara Municipal de Almada devia fazer era, a quantidade de árvores já abatidas, já neste mandato, que aconteceram. Portanto, acho que é um balanço que nos era necessário. Um dos grandes problemas da humanidade são as alterações climáticas, e o que nós estamos a fazer é ao contrário, em vez de estarmos a plantar árvores, estamos a abatê-las. O que é algo estranho.

Mas a questão que eu vinha trazer é mais de obras e concretamente as obras de Cacilhas.

Cacilhas é o maior terminal de transportes coletivos do país. Todos os dias passam por lá milhares de pessoas e milhares de pessoas que muitas vezes fazem esses percursos em condições difíceis. Por exemplo, as carreiras da Transtejo estão completamente caóticas, catastróficas, as carreiras da TST é o que também sabemos e as pessoas passam em condições difíceis. O que é que acontece? Temos ali obras que duram há não sei quanto tempo, com completo desrespeito pela forma e pelos utentes daquele terminal de transportes, e são obras que se prolongam e prolongam e que também enfim, estranhamente não vão tanto quanto se pode ver alterar em nada as más condições daquele terminal de transportes.

Portanto, uma coisa que eu gostava de saber, mas com alguma precisão, é se existe alguma previsão para a conclusão dessas obras de Cacilhas. Penso que é uma questão importante para a população.

Da mesma maneira, também tive ocasião de verificar outras obras. Outras obras que estão paradas há anos, que é infelizmente, as dos acessos às praias, para lá da Praia do Rei, que estão paradas há anos e que enfim, eu devo dizer também, se há atentado ambiental é esse, que é tentar fazer uma autoestrada para as praias. Também gostava de ter alguma ideia sobre isso porque são obras que já estão há muito, muito tempo e que me pareceram paradas.”

6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu volto a ler o parágrafo que a Senhora Presidente da Câmara não percebeu apenas para esclarecimento e volto a repetir: como é que o executivo explica às famílias mais carenciadas no Município que são inclinadas em habitações camarárias, que dos cerca de 2.9 milhões de euros orçamentados para reparações, apenas 1.4 milhões de euros tenham sido aplicados até ao final de novembro. Estamos a falar de menos 63.4%. Esta situação é tanto mais gravosa e insultuosa para as famílias quando no mesmo período as rendas efetivamente cobradas cresceram 23.4% face ao ano de 2020. Isto é só para esclarecer este parágrafo que pelos vistos a Senhora Presidente não entendeu muito bem.

De todas as formas apenas uma nota muito breve Senhora Presidente. A Senhora Presidente começou a sua intervenção a dizer que temos que mudar o nosso discurso. Senhora Presidente de Câmara, nós somos Deputados Municipais, fomos eleitos, as questões que coloco estão elencadas no documento. E enquanto partidos da oposição, enquanto Deputados Municipais, temos toda a legitimidade para questionar o executivo sobre o que está aqui plasmado no documento. São números, são factos, estão no documento, nós questionamos em relação a isso, nada mais do que isso Senhora Presidente. A Senhora Presidente depois dará as respostas, as explicações, as justificações que entender, também legitimamente, obviamente:”

6.1.1.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, nunca questiono a legitimidade dos Senhores/as Deputados/as Municipais, cada vez vem com essa questão e eu apenas respondo, lá por eu



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

responder e às vezes até responder com o entusiasmo que me é conhecido, não quer dizer que esteja a pôr em causa o legítimo direito e até a obrigação enquanto Deputado, enquanto eleito.

Mas eu vou explicar. A execução é quando a fatura está paga Senhor Deputado Municipal José Rocha, como sabe. E, portanto, a explicação que eu tenho a dar às pessoas, é desfazer talvez um mito que o Senhor e o seu Partido gostam de ir pôr na cabeça das pessoas. É que as obras estão a decorrer e ainda agora o Senhor Vereador Filipe Pacheco, falou nas obras das coberturas, e só quando a obra está concluída é que se paga as últimas faturas e só depois de pagas as últimas faturas é que elas estão inscritas enquanto execução. Pronto, eu pensava dada a experiência de muitos dos Senhores Deputados nesta Assembleia Municipal, que não tivesse que explicar isto, mas posso explicar e posso explicar a cada discussão do orçamento, e cada prestação de contas. E assim fica claro sobretudo para quem nos ouve. E, portanto, não tem nada a ver com as obras estarem a decorrer ou não estarem a decorrer. Aquelas que não conseguimos, eu digo claramente que não conseguimos.

O Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro. Eu vou tentar responder, mas tem muitas questões, peço desculpa, mas já tenho pouco tempo.

Benvindo a esta Assembleia Municipal, confesso que prefiro debater consigo ao vivo do que por rede social, acho mais saudável. Se tivesse cá estado na última reunião sabia que o projeto da Estrada Florestal, foi aprovado com um levantamento exaustivo do estado e da saúde das árvores ao longo da Estrada Florestal. E que muitas delas, foram identificadas como estando doentes, como estando mortas, ou representando um perigo. Em todo o caso, está previsto para todas as árvores que são retiradas, mesmo que estejam doentes, serem replantadas logo a seguir. Portanto, esteja descansado, que da nossa parte, por cada uma, são replantadas duas ou três. E melhor, vão ser replantadas árvores como devem ser e não infestantes. Eu sei que o Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro, está muito sensível aquele infestante que nós temos aliás, obrigação legal de combater, as acácias, na Estrada Florestal, infelizmente, não são só as acácias que estão doentes. Mas há árvores que estão de facto muito doentes e nós tivemos o cuidado juntamente com o projeto, de pedir um levantamento da saúde de toda aquela rede de árvores, e um plano justamente para aquelas que forem retiradas serem replantadas.

Relativamente a Cacilhas. É verdade, é uma obra pesada, é uma obra grande, é uma obra que teve um contratempo e bem, senão o poderia o Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro aqui ou nas redes sociais, tem a ver com a questão das escavações arqueológicas, e isso de facto, também demorou um bocadinho mais a obra e está a ser feito com todo o rigor, com todo o cuidado, e neste momento estamos praticamente na fase final. Justamente pôr pavimentos e criar zonas verdes onde elas não existiam.

Os acessos às praias, tem toda a razão. É verdade, os acessos à praia podiam já estar concluídos, não fosse um certo alarme social que foi criado já com o problema da Fonte da Telha que se veio a comprovar que não era problema nenhum, mas cá estaremos certamente mais vezes para o debater. E também se criou um grande alarme social porque arrancamos acácias, mais uma vez, que tínhamos obrigação de arrancar, e essa questão está toda a ser vista com as entidades responsáveis. Pelos vistos o Senhor Deputado Municipal também não confia nas entidades responsáveis, como é o caso do ICNF, e aí já começamos a ter algum problema, porque eu respeito imenso a sua opinião, mas entre a sua e do ICNF, se me permite eu ficarei pela do ICNF.”

6.1.2 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, efetivamente ontem, aquando do período da discussão da ordem do dia, anunciamos as nossas posições sobre os documentos apresentados, e, entretanto, na votação quando pensávamos estar a votar o documento nº 2 e onde nos abstivemos, estávamos efetivamente a votar o documento nº 3, onde nós naturalmente queríamos votar a favor, e daí termos anunciado. Portanto, houve ali uma troca da votação, em vez de votarmos primeiro o nº 2



votamos o nº 3 e assim nós invertemos a votação por lapso, naturalmente, porque a nossa vontade era, portanto, nos abstermo-nos no documento nº 2 do Bloco de esquerda e votar a favor do documento nº 3 que era a saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Como a votação foi feita ao contrário, portanto, trocamos a votação e na altura não nos apercebemos desta troca. Era esta questão que queríamos colocar no sentido de retificar esta votação.”

6.1.3 – O Senhor Deputado Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, estando em causa os documentos nº 2 e nº 3, foram os dois aprovados, e a alteração da votação do PSD não poe em causa o resultado da votação e, portanto, salvo melhor opinião, havendo uma declaração política do Senhor Deputado Municipal António Salgueiro a esclarecer qual é que foi de facto o seu sentido de voto, acho que podemos considerar a questão sanada e fica registada também nesta Ata.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022”;

6.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta, que diz respeito à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022, à semelhança do que são as outras propostas ao nível das taxas e impostos, nós não estamos a propor qualquer tipo de alteração relativamente ao ano anterior. Trata-se da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, já conhecida dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, e é ao nível da previsão legal, que estabelece a possibilidade de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem desde que observados os seus princípios estruturantes, mediante a qual as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, são as responsáveis pelo seu pagamento.

Propõe-se assim, submeter à decisão da Assembleia Municipal, a proposta de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2022, fixada em 0,25% sobre o total da faturação mensal, emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. E em consequência que seja dado conhecimento à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, da deliberação que seja tomada por aquele órgão deliberativo.

Quero só aqui deixar claro e por isso uma apresentação geral ser benéfica, mas nós consideramos que nomeadamente estas taxas de passagem e nomeadamente esta taxa de infraestruturas, deve ser debatida com mais empenho, com mais atenção, até numa reflexão global daquilo que são as taxas municipais, e também é verdade a questão dos impostos, mas que não deve ser separado. Mas estas taxas de infraestruturas, em particular, e nomeadamente tudo o que diz respeito a estas infraestruturas de subsolo, ou aquelas que deveriam estar em subsolo e que estão em forma aérea, ou aquelas que são colocadas e que depois não são retiradas, nomeadamente ao nível das telecomunicações, acho que devíamos todos pensar muito nisso, porque é dos elementos que mais desqualifica um espaço público, é a quantidade de fios que temos pendurados. Nós já temos falado nisso também ao nível governamental, acho que temos que ter uma legislação mais forte, mais vigorosa e sobretudo com maior responsabilidade por parte dos diferentes operadores, para quando colocam também têm de retirar, porque senão essa retirada acaba por ficar sempre a cargo dos



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municípios, sendo que os próprios Municípios não podem fazê-lo de forma indiscriminada porque nem sequer têm a identificação necessária para começar a retirar estas infraestruturas.

E, portanto, é um problema nacional e é um problema que inclusivamente alguns regimes jurídicos do urbanismo, do nosso ponto de vista, não são bem compreensíveis, são infraestruturas que podem estar aéreas em meio urbano e que devem estar enterradas em meio não urbano, o que por exemplo, no caso de um regime de REN, é muito estranho que ao mesmo tempo na REN e nomeadamente nas nossas praias nós não podemos furar para passar as infraestruturas, mas temos outro diploma que nos obriga a passar de forma subterrânea as infraestruturas. Portanto, são as contradições destes instrumentos de gestão territorial com o qual os autarcas tanto se debatem e tantas vezes com tanta dificuldade. Isto era um pequeno à parte.

Em relação aquilo que nos prende hoje, não há alteração em relação à proposta do ano passado, pelo que manteremos esta taxa na ordem dos 0,25%, acreditando nós, que esta como outras, devem merecer uma reflexão mais aprofundada, não só a nível municipal como inclusivamente nacional.”

6.3.2 Não havendo pedidos de palavra passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 33 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 5 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2022, fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 3, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-949-DACAO.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2022”;

6.4.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;

6.4.1.1 A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabemos o Município é a entidade gestora do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos e, portanto, neste quadro cumpre-lhe fixar o preço desta prestação de serviços. Fá-lo tendo presente alguns pressupostos;

Em primeiro lugar, a perspetiva do investimento que se prevê fazer em 2022, os efeitos do aumento da tarifa da AMARSUL e o diferencial entre o serviço prestado e os proventos diminuídos por aplicação do tarifário social que é cerca de 1.089.000.00€ (um milhão e oitenta e nove mil euros). Portanto, aquilo que propomos que esta Assembleia Municipal aprove é em primeiro lugar, a proposta de tarifário que consta das vossas propostas e que penso não se justifica estar a ler ponto por ponto, e que está ainda condicionada ao parecer da AERSAR. E em segundo lugar, que se aprove o subsídio de 1.089.000.00€ (um milhão e oitenta e nove mil euros) que é exatamente a diferença da prestação do serviço à população e aquela que resulta diminuída para o Município por aplicação do tarifário social:”

6.4.2 Não havendo pedidos de palavra passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das



16

Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do deputado Municipal do CDS-PP; 11 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra; 5 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 47º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, e do n.º 8, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2021), aprova:

1. O seguinte Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2022, a partir do dia 1 de janeiro, condicionado à emissão de parecer da ERSAR,

Estrutura Tarifária	2021			
	Utilizadores Finais		Tarifário Social	
Tarifa de disponibilidade (a faturar por cada 30 dias)	Domésticos	1,5535€/mês 0,0518€/dia	Em situação de carência económica – isenção da tarifa de Disponibilidade	0€
	Não domésticos	2,7895€/mês 0,0930€/dia	Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos Utilizadores Domésticos	1,5535€/mês 0,0518€/dia
Tarifa variável (por cada m³ de água)	Domésticos	0,3401€/m³	Consumos de água até 5 m³	0 €/m³
			Consumos de água > 5 m³	0,3401€/m³
	Não domésticos	1,0581€/m³	Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos	0,3401€/m³
Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m³ de água)	0,1678€/m³			

2. O subsídio de 1.089.966€, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22.º do Regulamento nº 52/2018, que revê e republica o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, e dos quais são beneficiários aqueles se enquadram no artigo 45.º do RMRUILHU.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-952-DACAO.

6.5 – Entrou- no ponto 3.4 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2022”;

6.5.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estando legalmente prevista que constitui receita dos Municípios o produto da participação dos recursos públicos, nomeadamente os Municípios têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% do IRS pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cuja fixação depende da deliberação do Município e tendo em conta a redução que foi feita no mandato anterior para o montante de 3,5% nessa devolução de IRS, tendo passado de 4,5% para 3,5%.

Importa lembrar que, para o ano de 2022, estamos perante grandes incertezas. Incertezas do ponto de vista daquilo que é e isso depois direi no meu discurso global, por isso é que é difícil estar a fazer isto proposta a proposta, mas poderei repetir se quiserem, é uma incerteza relativamente aquilo que é a situação económica do país, é uma incerteza relativamente aquelas que são as receitas próprias que o Município vai receber, em 2020 por exemplo, nós tivemos uma grande quebra de IMT, este ano 2021, parece estar a recuperar, mas até face à crise económica, à crise de materiais, o desaceleramento da nossa economia, é bem possível que estas receitas venham a diminuir mais uma vez, vamos ver. Incerteza também relativamente até à situação política, vamos ter um ato eleitoral daqui a pouco mais de um mês, incerteza naturalmente, relativamente aquilo que vão ser a aplicação e a forma como os fundos vão chegar, e a importância de ter um Município com alguma robustez, mas principalmente, incerteza relativamente aqueles que são os compromissos e podemos manter um orçamento robusto como aquele que temos tido e uma progressão de orçamento, ao mesmo tempo favorecendo, criando mais serviços, mais apoio, nesse sentido, foi decisão da Câmara Municipal neste primeiro ano de mandato, não alterar nem os montantes do IRS, nem o IMI, nem sequer a Derrama, nem das outras taxas tal como vimos. Isso foi uma decisão ponderada, naturalmente, muito analisada, na necessidade que nós temos e como eu já referi, de fazer uma reflexão mais profunda, até porque a política fiscal do Município não se faz apenas de um corte generalizado ou pelo contrário, nós acreditamos que é importante dar sinais em certas áreas fundamentais da nossa economia local, queremos criar por exemplo, aquilo que é a designação de projeto de interesse municipal, queremos criar benefícios para esse tipo de projetos, só trazem mais valias ao nível do emprego, trazem mais valias ao nível ambiental, assim como nós fizemos para a reabilitação urbana e Almada fez há muito tempo com a criação das áreas de reabilitação urbana nos centros históricos, também podemos fazer a outros níveis e devemos fazer a outros níveis e, portanto, queremos reservar este ano, para fazer a tal profunda reflexão a nível daquilo que são as nossas taxas, os nossos preços, os nossos incentivos, dentro daquilo que é a possibilidade do Município. É a razão pela qual, todos os diplomas que se seguem, aliás, como aquele que já demos, não têm qualquer alteração, à semelhança aliás, do que fizemos no primeiro ano de mandato, para 2018. O que não nos impediu no seguimento do mandato, fazer propostas aí mais estabilizadas, mais concretizadas, não estamos naturalmente na mesma posição, neste momento a Câmara Municipal é uma referência a nível das contas saudáveis, aumentou os investimentos aumentou os apoios, e ao mesmo tempo aumentou e passou a ser o 6º Município com a situação financeira mais saudável como demonstra o anuário que já referi.

Portanto, em relação a esta apresentação e às seguintes, é isto que me cabe dizer, no sentido de a participação no IRS mantém-se tal como estava previsto e sem qualquer alteração e é essa a proposta que trazemos aqui aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, solicitando naturalmente a sua aprovação e depois que essa aprovação seja comunicada às autoridades competentes.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José Lourenço (CDU), Nuno Mendes (CHEGA), Ivan Gonçalves (PS), André Macedo (PS), António Pedro Maco (CDS-PP).



JK

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção que vou fazer focará não apenas a questão do IRS, mas todas estas propostas de política fiscal.

A análise conjunta de propostas que a Câmara Municipal presidida pelo PS com o voto contrário dos eleitos da CDU, aprovou na Câmara Municipal referentes à subida do tarifário dos resíduos urbanos à taxa do IMI e à devolução de parte da receita de IRS para o próximo ano, definem bem o posicionamento político da maioria PS, com o apoio do PSD, que governa o nosso Concelho.

Subidas do tarifário da recolha dos resíduos sólidos urbanos, que variam entre 8% e 16%, manutenção da taxa do IMI nos 0,36% pelo 5º ano consecutivo, para a esmagadora maioria dos 47.387 mil agregados familiares com habitação própria permanente no nosso Concelho, e cereja no topo do bolo.

Devolução de quase 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros) de receitas provenientes do IRS, aos municípios com rendimentos mais elevados no nosso Concelho. Porque na prática, são esses municípios que recebem este montante de IRS que é devolvido.

Em Almada pelo 4º ano consecutivo, a maioria que governa a Câmara Municipal, abdica de parte considerável das suas receitas fiscais, volto a referir 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros), e este montante que se pretende devolver, reparem, representa só 50% do investimento efetivamente executado anualmente pela Câmara Municipal nos últimos anos. E entrega-o aos agregados familiares com rendimentos mais elevados. Só aos 10% dos agregados familiares, portanto aqueles do 10º decil, é entregue 58% deste IRS devolvido, tendo por base as estatísticas do rendimento ao nível local, divulgadas pelo INE – Instituto Nacional de Estatísticas em julho deste ano. Desta forma, em vez dos 5% do IRS pago pelos nossos municípios, ser utilizado pelo seu Município para serem reduzidas as desigualdades sociais através de investimentos em creches, escolas públicas, equipamentos desportivos e culturais, instalações de apoio à nossa população idosa e investimento no parque habitacional público, em vez disso, dizia eu: cerca de um terço desse montante, é entregue aqueles que têm os rendimentos mais elevados.

A política fiscal municipal em Almada, não serve para atenuar o agravamento das desigualdades sociais resultante da distribuição do rendimento das famílias do Concelho, antes pelo contrário, contribui fortemente para o agravar. O Número só e bem elucidativo do que representa a devolução de 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros), a um conjunto de famílias pequeno certamente, esse número é o montante dessa devolução é muito superior ao apoio anual concedido ao Movimento Associativo, Recreativo e Cultural do nosso Concelho.”

6.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA vai votar contra esta proposta de IRS, pelo motivo precisamente contrário ao da CDU.

Nós somos de opinião que a classe média do nosso Concelho é das mais oneradas em termos de impostos, é das classes que mais paga e mais suporta os custos do Estado, e por esse motivo, achamos que a devolução para criarmos uma folga às famílias que nos estão a ver, a toda a gente que paga impostos e que tem o seu valor e o seu rendimento fruto do seu trabalho, são esses que têm que ter alguma folga, são esses que têm de conseguir ter melhor qualidade de vida. E por esse motivo, o CHEGA acha que a devolução deveria ser superior.”

6.5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós todos os anos temos este debate e alguns dos elementos que aqui já foram expostos, já foram também expostos nos anos anteriores.

Antes de mais, num ponto, nós entendemos e continuamos a entender, que esta discussão devia ser tida em simultâneo com os outros impostos que são fixados pelo Município e já houve aqui um Deputado que o referiu também, nós estamos de acordo, é pena que não tenha sido possível chegar a esse consenso. Porque de facto, quando uma Câmara Municipal determina qual é a fiscalidade que vai aplicar, tem que fazer escolhas como em qualquer decisão política, opta por desonerar mais ou menos num imposto e isso tem consequências no outro, porque dificilmente a Câmara Municipal de Almada, como qualquer um, poderia desonerar os almadenses em todas os impostos que existem ou que estão na esfera da Câmara Municipal, e, portanto, essa decisão é tomada ponderando os vários benefícios e prejuízos de cada um dos impostos como sempre. Portanto, esta discussão faz sentido ser tida em conjunto, mas não foi essa a opção dos restantes partidos, e, portanto, neste caso discutimos a questão do IRS.

O Senhor Deputado Municipal da CDU, referiu que é uma opção da Câmara Municipal, devolver rendimentos às classes mais privilegiadas. Ora em Portugal quem paga IRS é quem auferem um salário mensal bruto de pouco mais de 700.00€ (setecentos euros) por mês. Portanto, não estamos a falar das classes mais privilegiadas, estamos a falar da esmagadora maioria das pessoas que auferem um rendimento que não seja o salário mínimo, infelizmente ainda há muita gente que auferem o salário mínimo, mas ainda assim, a Câmara Municipal de Almada, ao abdicar de parte desta receita, abdica em favor dos almadenses, e fá-lo porque tem contas solidas que o permite fazer. A Câmara Municipal de Almada, apresentou hoje uma situação financeira que lhe permite dizer aos almadenses que se tem boas contas então estas boas contas devem ser colocadas também ao serviço das famílias, sem que isso comprometa nenhuma das atividades da Câmara Municipal. Portanto, esta é uma proposta que os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal apoiam e parece-nos que vai ao encontro destes dois princípios. Ou seja, permitir apoiar as famílias almadenses e ao mesmo tempo não pôr em causa o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, para que a Câmara Municipal possa também desenvolver toda a sua atividade de apoio e de estímulo, quer à economia, quer aos cidadãos almadenses em particular. Portanto, toda a situação de ampare de linha de retaguarda que a Câmara Municipal de Almada tem desenvolvido ao longo dos últimos anos e também em particular ao longo dos últimos dois anos desde que nos vimos confrontados com a pandemia de COVID 19. Portanto, esta é uma proposta que merecerá e merece a nossa aprovação, precisamente porque vá ao encontro destes princípios que enunciei.”

6.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho pena de não poder apresentar estes gráficos também no ecrã, mas eu não estou a dizer que essa disponibilidade não me seria colocada, não pensei nisso, portanto, mas de qualquer das formas eu tenho comigo dois quadros que fiz com base na informação divulgada em julho pelo INE referente ao IRS, a sua distribuição por Município. O que é que este quadro diz? Ele está prodecis de acordo com o rendimento das famílias.

Famílias que estão no primeiro decil, que recebem menos, devolução zero euros. Isto são valores médios, portanto, é perfeitamente natural que possa haver aqui pequenos desvios. Famílias no 2º escalão de rendimento, no 2º decil, devolução valor médio um euro; famílias no 3º decil de rendimento, devolução dois euros; famílias no 4º decil de rendimento, portanto 40% para baixo, devolução cinco euros; famílias do 5º decil estão no meio, devolução dez euros; como na Autoridade Tributária há uma regra que diz, quando a diferença é até dez euros, não se cobra nem se recebe. Portanto, este cinquenta, um euro, dois euros, haveria pessoas que poderiam tomar um café, nem isso conseguem porque como está abaixo não serve. No 6º decil, valor médio devolvido, dezassete



72

euros; no 7º decil, valor médio devolvido, vinte e sete euros; no 8º decil, valor médio devolvido, quarenta e seis euros; no 9º decil, portanto, famílias já com valores mais elevados, valor médio recebido oitenta e seis euros; no 10º decil a média é cento e catorze euros, portanto, naturalmente nestes valores haverá diferenças, quem tiver rendimentos mais elevados não será cento e catorze euros, pode ser duzentos euros, pode ser trezentos euros, pode ser quatrocentos euros. O que nós sabemos e isto mostra isso claramente, é que há uma regra no IRS que é, uma das características do IRS, ou pelo menos devia ser, é a sua progressividade. Isto é, as pessoas quanto mais ganham mais deviam pagar. O que se está a fazer em Almada, é cortar na progressividade. Isto é, aqueles que mais recebem, vamos lhes reduzir um bocadinho, e estamos a funcionar ao contrário em relação à regra do IRS. Em detrimento daquilo que há pouco aqui referi. Estão em causa, eu lembro, neste momento já, e a Senhora Presidente da Câmara na sua intervenção há pouco lamentava não poder aumentar a devolução, imaginem, estão neste momento a passar para o bolso destes munícipes, naturalmente eles não têm culpa, receberão 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros), cerca de 50% do investimento executado, e depois podemos falar sobre isto melhor, neste Município. Aliás, a execução até novembro, que têm convosco, todos temos, até novembro era de 8.900.000.00€ (oito milhões e novecentos mil euros), este ano, até novembro. Embora no orçamento, que é uma coisa que a Senhora Presidente da Câmara gosta muito de falar, estejam definidos, imaginem, 37.000.000.00€ (trinta e sete milhões de euros). Executaremos este ano talvez, um pouco mais dos 9.200.000.00€ (nove milhões e duzentos mil euros) andar por aí. Vejam bem a diferença que existe e o que está aqui é cerca de 50% daquilo que o Município investe. E investir em quê? Escolas, são equipamentos públicos, a quem tem rendimentos mais baixos, pode aceder, são equipamentos desportivos, são apoios para idosos. No fundo as famílias com rendimentos mais baixos precisam destes equipamentos. Ora, o Município o que é que está a fazer? Está a entregar a quem menos precisa. É esta a crítica fortíssima que fazemos. Eu aliás, faço um outro gráfico em que a pergunta é: o total devolvido às famílias, quanto recebem os dez mais ricos? Recebem cerca de 58%, só o 10º decil, os 50 mais pobres, já vimos não recebem nada porque é menos de dez euros.”

6.5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Centrando-nos um pouco nesta discussão de facto, ressaltar que quando discutimos a política fiscal do Município convém de facto, discutir integralmente. Isto porquê? Porque quando estamos a falar neste momento de um imposto e tendo em conta até o argumentado do Senhor Deputado Municipal, começar de um imposto que representa uma fração das receitas do Município. E que, portanto, subir ou descer essa taxa, teria um impacto muito reduzido relativamente a este imposto do IRS. Outros impostos que possivelmente tivessem modificações teriam sido um impacto significativo na gestão que a Câmara Municipal faz num orçamento. Portanto, relativamente a mexidas nesta taxa é uma ajuda que se dá a quase todos os munícipes, o Senhor Deputado Municipal não reconhece isso, mas, como o meu líder de bancada referiu, a um salário bastante baixo, já paga IRS e, portanto, qualquer redução que exista neste IRS, beneficia a maioria dos munícipes, seja pouco ou muito.

Importa também ressaltar já agora da parte do Partido Socialista, que quando o Partido Socialista chegou à Câmara Municipal em 2017, a Câmara Municipal retinha os 5%, e foi escolha do PS, fazer essa redução progressiva em 1.5 pontos percentuais ao longo do mandato. O Senhor Deputado Municipal, por outro lado, percebe a argumentaria dele, há outros Concelhos da cor política do Senhor Deputado Municipal, como por exemplo, Loures, Sesimbra, Setúbal ou Seixal, que de facto fazem a retenção de toda este imposto, não devolvendo relativamente nada aos munícipes.

Mas como dissemos, estarmos a discutir se devolvemos mais ou menos, no fim o impacto que isso tem no lado da receita da Câmara Municipal, é muito pouco significativo, mas reduzir foi isso que o PS faz, sempre que pode reduz impostos desde que isso não tenha nenhum impacto na prestação



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dos serviços que o Estado deve prestar aos cidadãos, e, portanto, é algo que este argumentaria que o Senhor Deputado Municipal acabou de expor acaba por não ser de grande relevância para discutir o que interessa que é, a Câmara ter receitas significativas para fazer face ao apoio social que este Município precisa.”

6.5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu folgo ouvir as palavras do Deputado Municipal do PS, finalmente estamos de acordo em algo totalmente, o impacto é muito baixo, devolvam mais às famílias almadenses. É isso precisamente que propomos. O impacto não afeta as contas da Câmara Municipal, o impacto não tem um significado profundo, então devolvam mais às famílias. As famílias almadenses precisam desse valor na carteira delas, no bolso, no dia a dia, e não na Câmara Municipal, que aparentemente não precisa e não tem um impacto significativo nas contas. A nossa proposta vai nesse sentido mesmo.”

6.5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não concordo com o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes em nada, ficou bastante explícito. O queremos dizer é que do ponto de vista da questão orçamental, o impacto é pouco significativo. No entanto, atravessamos um momento de grande imprevisibilidade conforme a Senhora Presidente da Câmara referiu, o ano 2022 será um ano bastante difícil devido à incerteza económica, que vamos com certeza poder debater quando discutirmos o Orçamento para 2022, da qual esta é uma receita que é fundamental, e, portanto, qualquer argumento populista, baixar imposto é sempre fácil, mas há sempre o problema de quando baixamos e reduzimos ao mesmo tempo os serviços e as obrigações que o Estado tem que prestar e o Partido Socialista nunca baixará impostos, se isso implicar a redução da qualidade do serviço do Estado.”

6.5.3 - Não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 13 votos contra sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra e 2 do Grupo Municipal do CHEGA; 3 abstenções do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a fixação da participação na percentagem de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Almada, relativa aos rendimentos do ano de 2022, ao abrigo da alínea c), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-950-DACAO

6.5.4 – Os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Mendes (CHEGA), anunciaram que apresentariam uma declaração de Voto por escrito;

6.5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular defende desde sempre que as autarquias devem participar no desanuiamento financeiro das famílias contribuindo para a sua estabilidade económica naquela que deve ser a sua responsabilidade social perante os cidadãos.



Uma autarquia que atribui benefícios financeiros aos seus munícipes é uma autarquia virada para os valores em defesa das pessoas ao mesmo tempo que se torna atrativa e competitiva na busca de sucesso.

A retenção de valor em sede de IRS aos seus munícipes por parte das câmaras municipais é alicerçada na lei, onde os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, no que diz respeito aos rendimentos do ano anterior previsto no Código de IRS.

Desta feita, as autarquias podem assim, variar a percentagem de retenção desse valor e diminuir a participação dos munícipes, aliviando o imposto aos contribuintes dando um sinal positivo de esforço conjunto às famílias do concelho.

Esta possibilidade que confere por lei o benefício aos contribuintes, sempre foi defendida pelo CDS-Partido Popular para o concelho de Almada ao longo dos anos e inscrita nos seus programas eleitorais ou em propostas apresentadas aos executivos camarários, como também o defendeu nas últimas eleições autárquicas do presente ano num programa eleitoral em conjunto com o PSD e outros partidos que compunham a Coligação AD - Almada Desenvolvida, em matéria fiscal para o município.

A saber, o valor de participação dos munícipes no concelho de Almada em sede de IRS, está fixado, no momento, em 3.5%, valor que baixou no mandato autárquico transato com voto favorável do CDS-Partido Popular.

O CDS-Partido Popular em Almada defende que a participação dos munícipes no imposto em questão, deverá progressivamente diminuir ao ponto de se criarem as condições de estabilidade para a devolução total desse valor.

Essa progressividade deve ser calculada ao longo do mandato sempre que financeiramente possam estar salvaguardadas todas as questões de tesouraria da autarquia a fim de não desequilibrar a sua estabilidade financeira, colocando em causa outros investimentos prioritários nos bens e serviços essenciais às famílias do concelho.

Assim, e considerando os tempos indecisos e conturbados que se vivem no presente, nomeadamente a crise de pandemia e a instabilidade governativa deste final de ano e princípio de novo ano, o CDS-Partido Popular, partido responsável, entendeu que perante as condicionantes atrás mencionadas, dar voto favorável à proposta da câmara municipal para a manutenção do valor atual de participação dos almadenses em sede de IRS para 2022, em 3.5%, na certeza porém, que, assim que estiverem criadas condições de tesouraria e desanuviamento da instabilidade que o país atravessa, o partido continuará a defender a baixa desse valor em benefício das famílias, pois defende que as autarquias devem ser socialmente responsáveis contribuindo para uma economia mais solidária."

6.5.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota contra a proposta apresentada e denominada de "Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2022". Este Orçamento apresentado, é negligente na sua forma e conteúdo, por não respeitar os Contribuintes, que pagam os seus impostos e fazem os seus descontos, não trazendo um qualquer alívio fiscal a quem suporta os custos do Estado. Ainda que o Concelho de Almada apresente uma taxa de devolução de IRS acima da média, continua a penalizar quem desconta e colhe frutos do seu trabalho, sendo estes o alvo principal da "máquina fiscal". O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que o Orçamento deveria ter ido mais além em muitas outras matérias, especialmente, nesta que se encontra em apreço.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Lançamento de Derrama para o ano de 2022";



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

Dentro daquilo que vou repetir, aquilo que já disse há pouco, talvez aproveitar para explicar. Às vezes ouvindo alguns argumentos aqui explanados, às vezes eu fico sem perceber se acham que se está a devolver demais ou de menos rendimentos às pessoas, não entendo. Já percebi que é consoante o imposto, nalguns impostos acham que se deve devolver mais, noutros menos, mas é só uma questão de saber se é de um lado se é de outro, porque de resto. Depois, embrulha-se isto numas grandes contas onde se invocam muitos milhões, mostra-se uns gráficos onde também não se percebe bem de onde é que vêm, diz-se que é do INE, também não se percebe com base no quê, qual é o calculo, de que forma, embrulha-se isto tudo e acho uma grande intervenção, mas também já estamos habituados a este tipo de intervenção à qual é muito difícil responder de facto, porque de cada vez vêm os relatórios oficiais, a prestação de contas, os relatórios externos, os anuários financeiros, todos aqueles que são feitos de forma isenta e do qual aliás, o executivo pouco ou nada tem a dizer e contradizem todos os discursos que são aqui feitos, sobretudo o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, nunca se importa de ser contraditado sistematicamente por tudo o que é documento oficial, mas continua a fazer os seus grandes discursos. Portanto, Senhor Deputado Municipal, dentro da sua liberdade que é total, graças à boa saúde da nossa democracia, força com os seus discursos, mas realmente o seu desfasamento da realidade é tão grande, tão grande, que já estamos cada vez mais perplexos com as suas grandes retóricas, aí sim, vou evitar estar sequer a adjetivar.

Dito isto, falamos agora da Derrama. Com sabem uma das medidas importantes que tomamos quando chegamos a Almada, foi tornar ou tentar tornar, a isenção que existia da Derrama, algo pelo menos aplicável, o montante da Derrama prevista é de 1,2% para fazer face ao esforço de investimento municipal, e designadamente em programas específicos, mas nós tínhamos uma isenção da Derrama em Almada, que não era aplicada por várias razões, uma porque as atividades não estavam devidamente identificadas, outra porque tinha condições de tal maneira avultadas ao nível da condição de contratação de trabalhadores, que nenhuma empresa podia ter qualquer tipo de benefício.

E, portanto, a proposta que aqui trazemos, é manter a proposta que fizemos que é verdade não teve praticamente impacto, aliás, porque quando era entrar em vigor pouco tempo depois e estamos a falar de novas empresas, tivemos o problema da pandemia e, portanto, não vejo sequer que tenha tido qualquer aplicabilidade. Temos a isenção da taxa da Derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de 2021, que não ultrapasse os 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros), portanto, está aqui tabulado, portanto não pode ser para grandes multinacionais como já uma vez vi a acusação surgir.

Por um período de 3 anos para as empresas que se tenham instalado no Concelho de Almada, durante o ano de 2021, e que tenham criado e mantendo no período de isenção no mínimo 5 postos de trabalho. Relembro que eram 150 postos de trabalho, era uma coisa que hoje em dia nenhuma empresa inicia desta forma, e que taxa da Derrama por um período de 5 anos, também isenção para as empresas que se tenham instalado no Concelho de Almada, durante o ano de 2021 e consecutivos e que estejam ligadas às indústrias criativas, da tecnologia, de informação, de comunicação, eletrónica e turismo, listadas pelo anexo com os nossos fiscais. Ou seja, a isenção que nós estamos aqui a propor, tem propósitos claros, fomos fazê-la em áreas que queremos promover no nosso Município, também são as áreas que neste momento mais emprego criam, e isso é importante, que vai desde o turismo ao pequeno comércio, mas também, toda a parte das tecnologias de informação, comunicação e inovação. São essas que nós também queremos trazer para o Município e também



são essas que são as mais dinâmicas, as mais rápidas e que ao nível daquilo que é o estudo laboral, são aquelas que criam mais emprego.

Portanto, mantemos a proposta tal como estava, na esperança naturalmente, de poder vir a ser mais eficaz nos próximos anos.”

6.6.2 - Não havendo pedidos de palavra passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea d), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova:

1. O lançamento, para o ano de 2022, de uma derrama de 1,20% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na parte relativa ao rendimento gerado na circunscrição do Concelho de Almada, ao abrigo do nº. 1 do art.º 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para fazer face ao esforço de investimento municipal, designadamente com os programas de regeneração urbana;

2. Aprova igualmente a isenção:

a) da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de 2021 que não ultrapasse os 150 000€, ao abrigo do n.º 22, artigo 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

b) da taxa de derrama, por um período de 3 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2021 e consecutivos e que tenham criado, e mantenham no período de isenção, no mínimo, 5 novos postos de trabalho;

c) da taxa de derrama, por um período de 5 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2021 e consecutivos ligadas às áreas das Indústrias Criativas, das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica e do Turismo, listados por CAE no Anexo I à proposta.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-951-DACAO.

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito;

6.6.3.1 O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular defende desde sempre em matéria fiscal que as autarquias devem criar condições atrativas para criação de novas empresas e negócios locais que possam dinamizar a economia local, contribuindo para a sua sustentabilidade e desenvolvimento, ao mesmo tempo que criam postos de emprego, tornando o concelho mais competitivo e menos dependente.

Uma autarquia que atribui benefícios financeiros aos seus investidores em concreto aos micros e pequenos empresários, a grande fatia de negócios no concelho de Almada, é uma autarquia que busca cooperação harmoniosa no sector empresarial, reconhecendo a importância que o mesmo tem para os concelhos.

A cobrança de Derrama está de acordo ao nº1 do Artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, relativamente ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, onde os municípios podem deliberar lançar um valor anual deste imposto, até a um máximo limite de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, considerando ainda que a derrama aplica-se apenas e unicamente, sobre as empresas que apresentem resultados positivos para efeitos fiscais.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também aqui a posição do CDS-Partido Popular tem sido de apoio ao sector empresarial com a defesa da baixa de impostos ou demais benefícios que possam levar a uma maior atratividade do sector económico para o concelho de Almada, contribuindo para a criação de mais empresas e mais emprego no município.

A presente proposta da Câmara Municipal de Almada em manter a atual isenção nos valores do ano passado, isto é, em 1.20%, embora entenda o CDS-Partido Popular que se pode caminhar para um cenário muito mais desanviador, perante a instabilidade social e económica que o país e os municípios atravessam, este ano são necessárias precauções ao nível de tesouraria, para que se possa acorrer a situações inesperadas e verdadeiramente urgentes ao nível da economia local.

O CDS-Partido Popular relembra a importância que teve a sua proposta de apoio financeiro às empresas do concelho de Almada, posteriormente aplicada pela câmara municipal depois de enquadrada na lei, para fazer face ao marasmo provocado pela pandemia de COVID 19, proposta essa que ajudou por via financeira, muitos micros e pequenos empresários, não só a não encerrar os negócios, mas também a manter os postos de trabalho.

Assim, entende o CDS-Partido Popular, na continuidade da sua postura responsável e dispensável de demagogias ou populismos irresponsáveis, que os valores de derrama para o ano de 2022, dever-se-ão manter tal como proposta da câmara municipal, a fim de se poder canalizar esforços financeiros que beneficiem e possam socorrer o sector empresarial se for caso disso, perante sinais instáveis que se depararem junto da economia local.

Acresce ainda o partido, que, deverá, no futuro, criar-se condições para o desanuiamento deste imposto às empresas que contratem e empreguem pessoas com deficiência, numa verdadeira integração social do município, criando mais oportunidades, derrubando barreiras e preconceitos.

O CDS-Partido Popular continuará a defender e a pugnar como tem sido hábito ao longo dos anos a inscrição no seus programas eleitorais ou em propostas apresentadas aos executivos camarários, como também o defendeu nas últimas eleições autárquicas do presente ano num programa eleitoral em conjunto com o PSD e outros partidos que compunham a Coligação AD - Almada Desenvolvida, uma autarquia mais amiga das empresas neste caso em concreto, em matéria fiscal, tornando-a mais atrativa e mais competitiva.

Em suma, a baixa da derrama deve obedecer aos padrões da progressividade devendo ser calculada ao longo do mandato sempre que estejam financeiramente salvaguardadas todas as questões de tesouraria da autarquia, a fim de não desequilibrar a sua estabilidade financeira e que possam colocar em causa outros investimentos prioritários ao sector atrás já mencionados.”

6.7 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2022”;

6.7.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Passando diretamente aquilo que é a proposta, e mais uma vez, mantendo os montantes que estavam previstos e estavam a decorrer no ano transato, propõe-se que Assembleia Municipal delibere fixar em 0,36% a taxa de IMI para os prédios urbanos para vigorar em 2022.

Majorar em 30% os prédios degradados, a vigorar em 2022, e aqui eu relembro o processo que está em curso e o levantamento de tudo o que é os imóveis o abandono que é uma das questões importantes que nós queremos agravar ainda mais o IMI dentro daquilo que são as armas possíveis para promover a requalificação do edificado em ruínas e estamos a fazer aqui esse esforço, e não descartando a possibilidade tal como a Lei o prevê, que em caso de a não requalificação do património a Câmara Municipal possa tomar posse administrativa no sentido de: qualificar o nosso



espaço, qualificar as nossas cidades, e sobretudo pôr no mercado ou dar casa, disponibilizar casas a quem precisa sobretudo no centro da Cidade, e querer combater o abandono e a ruína.

Portanto, sobre essa matéria este agravamento, mantemo-lo e queremos ir mais longe para tudo o que é património abandonado e em ruína no nosso Concelho.

Aplicar o nº 3, do artigo 112 do regime do IMI para vigorar em 2022, que leva as taxas previstas ao triplo nos casos dos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano e nos casos dos prédios em ruína.

Fixar a redução em 15% da taxa de IMI para vigorar em 2022, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando como tal os classificados A/A+ nos termos do disposto no Decreto-lei 101-D/2020, de 8 de dezembro.

Para os efeitos, fixar as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas das freguesias conforme anexo presente à proposta e que estão reproduzidas por tudo o que são as áreas de reabilitação urbana e neste sentido relembrar que nas áreas de reabilitação urbana não há apenas a redução ou chega a haver isenção de IMI ou de IMT em caso de reabilitação, é esse o sistema que está.

Minorar em 30% a taxa de IMI para vigorar em 2022, para prédios localizados nas zonas fixadas, no quadro que vem anexo à proposta, cujos proprietários que tenham, entretanto, comprovado até 30 de setembro de 2021, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2020 e setembro de 2021. Relembrar que este sistema de promoção da requalificação nós já criamos uma área de reabilitação urbana para a Costa da Caparica na sua integralidade assim como já aumentamos aqui também nas zonas urbanas porque consideramos que é um ótimo incentivo aqui também à requalificação do património.

Aprovar a redução em 20% da taxa de IMI, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova de respetivo arrendamento, junto da Câmara Municipal, até 30 de junho de 2021.

Isentar de IMI os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana, que tenham sido objeto de ações de reabilitação.

Isentar do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) as aquisições de prédios urbanos, ou de frações autónomas, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizados na área de reabilitação urbana, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana.

Isentar do IMI, ao abrigo do estabelecido na alínea m) do nº 1, do artigo 44º do EBF, as coletividades de cultura e recreio, as organizações não governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios destas entidades, quando estes se destinem ao prosseguimento direto dos seus fins, nos termos do previsto no nº 2, do artigo 16º, da Lei nº 73/2013.

Determinar, ao abrigo do nº 1, do artigo 112º, do Código do IMI, na sua atual redação, a redução de 70.00€ (setenta euros) do imposto para o prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente de sujeito ou do seu agregado familiar cuja composição integre três ou mais dependentes, nos termos do Código do IRS.

Que tudo isto que acaba de ser elencado, caso seja aprovado, produza os seus efeitos a partir da sua aprovação, não prejudicando o que venha a ser determinado por via da aprovação do regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município de Almada."

6.7.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Geraídes (CDU) e Nuno Mendes (CDU).



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para solicitar a votação por pontos da parte deliberativa desta proposta. Da nossa parte, podem ser votados o ponto 1 e o ponto 9 da parte resolutiva em conjunto e os outros pontos depois também em conjunto.

Portanto, a nossa proposta é que seja o ponto 1 e 9 votados separadamente.”

6.7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA vai votar contra esta proposta, o IMI é um imposto que o CHEGA considera injusto pela forma como é aplicado, e por não trazer nenhuma mais valia prática a quem tem casa, neste caso aqui tudo o podemos fazer é propor uma baixa do valor de IMI, nós somos a favor que este valor de 0,36% tem espaço de manobra para baixar, e somos a favor da criação de mais escalões, que o escalão de benefício para quem tenha dependentes comece logo no primeiro. Achamos que as famílias precisam logo desse primeiro desconto, começar o desconto no primeiro filho, com o segundo e com o terceiro, e não ter só o desconto de três ou mais filhos como está neste momento em vigor, Achamos que é uma forma de ajudar as famílias e ajudar a natalidade, pode o valor não ser muito, mas com um pouco valor distribuído às famílias todos os anos, seja em sede de IRS, como já aqui falamos, seja no IMI, com estes poucos valores que são distribuídos, vamos conseguir ajudar quem precisa e vamos ajudar todos os extratos.”

6.7.4 - Não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação da Proposta que foi votada por partes, tendo obtido os seguintes resultados:

6.7.4.1 – Os pontos 1 e 9 da proposta aprovados por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 16 votos contra sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA.

6.6.4.2 – A restante proposta foi aprovada por maioria com 36 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 da Deputada Municipal do PAN, 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 2 votos contra do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea d), n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Código do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (CIMT), e com os artigos 44.º e 44.º B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e tendo em consideração a alínea a), do art.º 14.º e o n.º 2 do art.º 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quer no que respeita ao IMI e IMT enquanto receita municipal, quer à capacidade do município de conceder isenções totais ou parciais dos impostos municipais, aprova:

- 1. Fixar em 0,36% a taxa de IMI para os prédios urbanos, para vigorar em 2022 (art.º 112.º, n.º 1, al. c) e n.º 5, do CIMI);*
- 2. Majorar em 30% a taxa do IMI para os prédios degradados, para vigorar em 2022 (n.º 8 do art.º 112.º do CIMI);*



3. Aplicar o n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, para vigorar em 2022, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas;

4. Fixar a redução em 15% da taxa de IMI, para vigorar em 2022, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando como tal os classificados com A/A+, nos termos do disposto no DL 101-D/2020, de 8 de dezembro ou que, em resultado de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior, em pelo menos duas classes, face à classe energética anteriormente certificada (n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º-B do EBF);

5. Para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 112.º do CIMI, sem prejuízo de opção por outro regime mais favorável:

a. Fixar as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas de freguesias, conforme anexos à proposta e que se dão por integralmente reproduzidos;

b. Minorar em 30% a taxa de IMI, para vigorar em 2022, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham, entretanto, comprovado, até 30 de setembro de 2021, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2020 e setembro de 2021;

c. Aprovar a redução em 20% da taxa de IMI, para vigorar em 2022, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30 de junho de 2021 (n.º 7 do art.º 112.º do CIMI).

6. Isentar do IMI os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana, que tenham sido objeto de ações de reabilitação, nos termos definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro por um período de cinco anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;

7. Isentar do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) as aquisições de prédio urbano, ou de fração autónoma, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na área de reabilitação urbana, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;

8. Isentar do IMI, ao abrigo do estabelecido na alínea m), do n.º 1, do art.º 44.º do EBF, as coletividades de cultura e recreio, as organizações não-governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios destas entidades, quando estes se destinem ao prosseguimento direto dos seus fins, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

9. Determinar, ao abrigo do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, na sua atual redação, a redução de 70€ do imposto para o prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar cuja composição integre três ou mais dependentes, nos termos do Código do IRS.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-953-DACAO.

6.7.5 – Os Senhores Deputados Municipais Nuno Mendes (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP), anunciaram que apresentariam uma declaração de voto por escrito;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.7.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota contra a proposta “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2022”. O Grupo Municipal do Partido CHEGA considera que este Imposto deveria apresentar taxas mais baixas para todos os municípios. Atualmente, no concelho de Almada, apenas há bonificação para quem tem 3 (três) ou mais filhos. O Grupo Municipal do Partido Chega é da opinião de que essa bonificação/dedução deveria começar, desde logo, a partir do primeiro filho. Seguramente, as crianças são o futuro de um concelho. Assim sendo, este é o momento de o Executivo contribuir para a política de natalidade, apostando numa dedução fixa de IMI por agregado familiar, logo a partir do 1º filho.”

6.7.5.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É por demais evidente, que os valores que as câmaras municipais arrecadam em IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, é a par do IUC e IMT, grande fonte de receita para os mesmos, contribuindo para a enorme fatia de impostos diretos com que os seus executivos elaboram os seus orçamentos.

É um imposto anual que recai sobre quem tem casa própria, num esforço financeiro considerável sobre os municípios do concelho que escolhem adquirir o seu próprio imóvel.

O CDS-Partido Popular, na mesma linha já mencionada através de Declaração de Voto às outras duas propostas da Câmara Municipal de Almada referentes aos casos do lançamento da Derrama e à devolução do IRS aos contribuintes almadenses, entende que a proposta de IMI para o ano de 2022, 0,36%, deverá ter em atenção e as precauções contabilísticas e financeiras da autarquia, na certeza porém, que com o desanuviar dessas incertezas e da pandemia que assola o concelho, o país e o mundo, o mesmo deve ser revisto posteriormente em benefício dos proprietários de imóveis do concelho, que com o seu esforço adquiriram as suas casas.

Mais defende o CDS-Partido Popular, que esta fonte de receita das autarquias deverá ter em conta uma espécie de reembolso no que respeita à requalificação do espaço envolvente, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida e uma maior justiça financeira para com aqueles que pagam o IMI todos os anos e que devem ver o seu espaço público cuidado e em segurança.

Em suma, a baixa do IMI no concelho de Almada deverá ser consequente com as políticas de atribuição de mais benefícios às famílias proprietárias de imóveis no decorrer do presente mandato, tal como o CDS-Partido Popular tem vindo a defender há largos anos nos seus programas eleitorais incluindo as últimas eleições autárquicas em Almada na Coligação da AD - Almada Desenvolvida em conjunto com o PSD e outros partidos que compunham a coligação de Centro/Direita.

Por fim, o CDS-Partido Popular sempre defendeu a atribuição de forma gradual do IMI Familiar em benefício das famílias do Concelho.

O mesmo foi aplicado pela câmara de Almada, também por proposta do CDS-Partido Popular, no anterior mandato, ficando-se pela atribuição do benefício apenas a partir do 3º filho. Ora, o partido defende que a isenção deve gradualmente chegar ao limite mínimo de 1 filho, contribuindo para o incremento de mais benefícios sociais às famílias tornando o concelho mais atrativo à fixação de novos casais para Almada tornando-se em conjunto com os benefícios um incentivo à natalidade.”

6.8 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração Orçamental Modificativa – Revisão Orçamental”;

6.8.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Aproveito estarmos a falar em relação à 2ª Alteração Orçamental Modificativa, a 2ª Revisão Orçamental, que aliás, é uma revisão tradicional como existe anualmente, temos uma revisão orçamental logo no início do ano, após o fecho de contas, que graças ao novo sistema de contabilidade – SNCAP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, pode ser feito mais cedo do que é habitual, já foi feito o ano passado, mal se fecha os fluxos de caixa já é possível fazer a revisão orçamental e temos outra no final do ano.

Aqui em particular, temos uma necessidade porque de facto, a receita superou as estimativas que nós tínhamos ao nível orçamental e as novas regras também impõem que se faça uma revisão orçamental para equilibrar aquilo que é a previsão de receita, aquilo que é a despesa já executada até à data.

Quero, no entanto, aproveitar também este momento para gora sim, responder ao Senhor Deputado Municipal João Gerales, que na segunda página dos anexos tem o resumo da Revisão Orçamental, onde tem na rubrica 16 saldo de gerência utilizado, e pode encontrar os 18.500.000.00€ (dezoito milhões e quinhentos mil euros) naquilo que é a rubrica certa e como foi inserido e naturalmente está aqui nesta página que é a segunda pagina dos anexos. Qualquer dificuldade, pode voltar a pedir, eu de facto, não estava à procura e não encontrava no relatório porque está na 2ª pagina dos anexos.

Tal como eu disse, propõe-se que Assembleia Municipal aprove a Alteração Modificativa, tendo então ajustamento e inscrição de rubricas de classificação económica da receita e de despesa. Assim procedeu-se à inscrição de rubricas de classificação económica não previstas ao nível da receita, nomeadamente que o registo da arrecadação de receita, proveniente de fundos comunitários e nacionais, nomeadamente o fundo ambiental.

Ao nível da despesa, procedeu-se igualmente à criação de rubricas de classificação económica para pagamento de despesas associadas ao processo eleitoral e à constituição de depósito a prazo. Importa referir que a dotação global do orçamento não sofreu qualquer alteração.

Aproveito esta brevíssima apresentação para responder a várias solicitações, e justas reclamações, ao nível do pagamento de todos aqueles que acompanham os atos eleitorais.

Até à data e sempre foi assim, a Câmara Municipal de Almada só pagava os atos eleitorais após ter recebido do Governo pelo que nem sequer tinha rubrica própria. Ora, uma das coisas que a Câmara Municipal está em condições de fazer neste momento, é de poder proceder ao adiantamento das verbas daqueles que acompanham os atos eleitorais e depois naturalmente, ser ressarcido pelo Governo. Mas para isso, era preciso criar uma rubrica própria de despesa para esse efeito, é isso que nós trazemos aqui para além do empréstimo do qual já vou falar a seguir, é uma das alterações que trazemos aqui, é esta criação simples de uma rubrica onde possamos colocar a verba, pagar de imediato as pessoas, até porque vamos ter um ato eleitoral muito em breve, e, portanto, regularizar esta questão e que as pessoas possam vir descansadamente e que não haja estes atrasos sucessivos, que eu volto a dizer, não se devem ao Município de Almada, devem-se ao recebimento da verba como tem sido até agora.

Outra das questões e também importante, tal como fizemos o ano passado, e que nos permite calcular uma receita mais sólida desde o início do ano e nomeadamente, lançar procedimentos como é agora o caso, vamos lançar um grande procedimento agora para a habitação, mas não só, há uma série de procedimentos que até estão em curso ou em vias de sair e não queremos ver prejudicado. O ano passado, fizemos um depósito de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros), este ano será abaixo, estamos a contar fazer um depósito de cerca de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), que a verba sim, que foi inserida, eu relembro que, este ano tivemos o maior orçamento de sempre, com a maior introdução do saldo de gerência de sempre. E, portanto, são verbas que estão disponíveis, que podemos colocar, fazer um empréstimo que entrará como receita e desta forma não



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos qualquer preocupação de estar à espera de uma revisão de contas ou de um fecho de contas para uma nove revisão orçamental.

Isto é uma decisão orçamental, de política orçamental que temos feito, não tem praticamente custos, também não tem benefícios para as entidades bancárias, contrariamente ao que também já nos acusaram. É apenas uma questão de gestão orçamental, que felizmente, Almada está em condições de o poder fazer, sem consequências maiores e para maior estabilidade ao nível orçamental.

Mas na base também, há de facto a necessidade desta revisão, ai sim ,com novas regras, que é a recita como disse do IMT e não só, as nossas receitas superaram , nós somos sempre bastante cautelosos na previsão da receita, como sabem, sobretudo porque há um enquadramento legal que nos permite, as previsões de receita não é consoante queremos, também não criamos outras receitas que não saibamos exatamente o que é, vêm todas muito bem identificadas, não gostamos de rúbricas genéricas, sabemos exatamente o que é que são as receitas que estamos a prever, a receber. Superaram um bocadinho as nossas expetativas, ótimo é um bom sinal, temos que ajustar ao nível orçamental e por isso aqui vem esta 2ª Revisão Orçamental.”

6.8.2 – Não havendo pedidos de palavra passou-se à votação da Proposta tendo sido aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 14 votos contra sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I à Lei Nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Alteração Modificativa ao Orçamento e Opções do Plano de 2021, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de dezembro de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-973-DFIN

6.9 – O Senhor Presidente da Assembleia informou que, conforme foi consensualizado na Conferência de Representantes os pontos 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022, 3.9 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022 e 3.10 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 da WEMOB seriam debatidos em conjunto, sendo no final votados separadamente.

6.9 1 – Para apresentar as Propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.9.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui hoje para apresentar um documento que é sempre emblemático, na vida de qualquer Município e no nosso em particular, que é a apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.

Pelo segundo ano consecutivo, a construção do orçamento, acontece num cenário de incerteza dominado naturalmente, por aquilo que é a situação de pandemia que continua a afetar todos. Todos ao nível municipal, nacional, ao nível do Governo naturalmente, mas também ao nível europeu e mundial. Vivemos uma crise pandémica, uma crise socioeconómica, aliás, derivada da



crise pandémica como sabemos, basta lembrar aquilo que eram os números de 2019 a nível nacional, ao qual se acrescentou uma crise política, não escondemos que os fundos do Orçamento de Estado para 2022, a consequente dissolução do Parlamento, e a marcação de novas eleições, naturalmente, vêm criar novas incertezas, numa altura de grandes desafios. Mas a democracia não é nem nunca pode ser um problema, e por isso aqui estamos preparados para mais este ato eleitoral, mas temos que ter a noção que este novo ato e os seus resultados e na incerteza dos resultados, naturalmente, temos que ter noção que muitos dos projetos, temos que ter a garantia que a questão dos fundos europeus, que muito daquilo que já estava a ser conversado, nomeadamente, com o Governo em funções, poderá ficar comprometido, caso venha, pelo menos no tempo, não estou a dizer definitivamente, mas poderá inclusivamente sofrer atrasos. Mas darei sem ser exaustiva alguns exemplos muito concretos.

Seja como for, os dois últimos anos, eu diria os quatro, mas em particular estes dois últimos anos, deram-nos força para consolidar uma ideia. A importância das Autarquias no sistema democrático. Cada vez mais, não é apenas a transferência de competências que se consolida este ano, e importa lembrar que se consolida este ano, e até à data não há nenhum tipo de decisão de adiamento nesse sentido. E Almada, lembro, continua sem ter aceite as competências na área da saúde, da ação social e da educação, estamos nesse processo, mas é de facto, o ano também dessa consolidação e da grande transformação que vai acontecer em todos os nossos Municípios, na sua estrutura e também ao nível orçamental.

Mas estes dois últimos anos como eu dizia, também demonstraram aquilo que são as capacidades e os poderes dos Municípios face a uma crise como nunca conhecemos. Nós felizmente, nunca conhecemos uma crise desta dimensão. E se não fossem em muitas matérias, muitas mesmo, matérias que vão desde a vacinação, nos apoios aos mais vulneráveis, nos complementos dos apoios que o próprio Governo disponibilizou, na identificação das maiores necessidades, eu estou certa que os efeitos desta crise pandémica seriam ainda piores.

Portanto, mais uma vez os Municípios demonstraram a sua capacidade de resiliência, a sua capacidade de inovação, a importância de uma política de proximidade e de alguma maneira mostraram também como evoluíram, como se qualificaram, como se robusteceram, na eficácia de uma política que responde às necessidades dos cidadãos.

A pandemia veio também, reafirmar um sentido de urgência, que é algo que nós falamos muitas vezes, falamos logo no início do mandato anterior, que tínhamos que trazer o sentido de urgência, estávamos de imaginar que fôssemos de tal maneira postos à prova neste sentido de urgência. E nesse sentido, também criamos a diferença. E por isso, estamos em crer, os almadenses em 2021, voltaram a confiar nesta equipa. E para que juntos possamos construir uma Almada melhor, uma Almada mais justa, uma Almada mais criativa, mais inovadora e sobretudo que nunca adia as soluções que pode disponibilizar aos seus cidadãos. Que respeita e que tem sempre presente, esta necessidade de prestar contas, este sentido de urgência, que todo o autarca sabe que tem que ter e que não esta questão dos problemas que se adiam durante anos e anos e anos, é uma página que se virou em Almada.

E é por isso que a Câmara Municipal não descarta as suas responsabilidades na construção deste Município com melhor qualidade de vida ao nível económico, social, ao nível da saúde e sempre com a premissa de dar uma resposta rápida, porque a política autárquica só pode funcionar se for rápida também nas respostas, ou melhor, responder à urgência do presente sem deixar de planear e de construir o futuro.

Evocamos aqui o nosso compromisso de uma Autarquia que assume as suas responsabilidades. E eu dizia construir o futuro, e por isso, ao mesmo tempo que respondemos ao imediato, respondemos ao presente, estamos bem cientes de um compromisso que nos ultrapassa, que tem a ver com os



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dezassete objetivos que foram definidos pelas Nações Unidas, para um desenvolvimento sustentável e naturalmente, uma política e um orçamento e um plano de atividades, que responda aos grandes desafios que temos para os quatro próximos anos. Aquele que é o Programa de Portugal 2030 e em particular aquele que é o Plano de Recuperação e Resiliência. Que têm um prazo curto, até 2026, é o tempo deste mandato, um pouco mais.

Portanto, o Orçamento e o Plano de Atividades que aqui apresentamos, foi ir buscar aqueles que são os projetos estratégicos de Almada e poder canaliza-los para aqueles que são os novos fundos disponíveis e tentar muito mais rápido do que poderíamos imaginar, caso consigamos executar nas boas condições, por razões variadas, fazer uma mudança estrutural no nosso Concelho. Falo naturalmente, de tudo o que é a requalificação da Frente marítima, da Frente Ribeirinha, falo da criação dos corredores verdes, da rede ecológica municipal, falo naturalmente, da habitação, que tem sido aqui muito abordada, mas falo também, no tornar o Município virado para uma construção futura, tirando o melhor das suas potencialidades, falo naturalmente do Innovation District, falo naturalmente, da reabilitação do nosso património, falo naturalmente, na requalificação também do nosso tecido económico e social.

Fazemo-lo com uma confiança e um orgulho redobrado. Porque, se algo, estes anos de pandemia difíceis nos demonstraram, é a capacidade extraordinária de os almadenses serem resilientes, de não desistirem, e de continuarem a lutar pela sua terra. E por isso, é que, chegamos a esta altura, numa situação confortável, onde com a certeza e com a consciência que não deixamos ninguém para trás, ninguém para trás. Ao mesmo tempo que conseguimos continuar a construir, a lançar, a investir e a sonhar com este Almada que queremos ver a progredir.

O Orçamento da Câmara Municipal para 2022, apresenta por isso um valor global de 142.200.000.00€ (cento e quarenta e dois milhões e duzentos mil euros), o que corresponde a um aumento de 11% face ao Orçamento inicial de 2021. É evidente que nestas verbas estão também incluídas aquilo que já são verbas previstas no PRR, verbas que já foram protocoladas com o Governo e neste caso com o IHRU, para a construção de imóveis. Temos a inscrição de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) só para o lançamento da primeira centena de fogos, que era algo que já gostaríamos de ter feito o ano passado, havia indefinição de como é que poderíamos inscrever essas verbas no nosso orçamento, o procedimento está para sair já na fase final, já temos um primeiro estudo de infraestruturas, temos a localização, e vamos lançar já o projeto final e a obra.

Se recuarmos ao orçamento apresentado em 2018, isto significa um aumento de 58%. Este marco, não só nos deixa orgulhosos, mas deixa-nos acima de tudo conscientes também da responsabilidade que temos em mãos. Todos nós sabemos que é fácil exigir mais orçamento, mais apoios, mais verbas, e depois também é fácil, quando não se está no executivo, dizer que é preciso cortar nas receitas ou nesta receita aqui para uns, nesta receita ali para outros. Mas é verdade, que quando se aumenta desta forma orçamentos, temos que ter a consciência que não com um compromisso por um ano, é no mínimo um compromisso para os próximos quatro anos. E, portanto, temos que estar à altura de ter um orçamento que possa acompanhar os próximos quatro anos com todas as incertezas que já foram aqui referidas. Este não é um orçamento vazio, é um orçamento focado em projetos estruturantes, em políticas e em iniciativas que serão lançadas de forma a continuar a construir uma Almada mais evoluída, mais cosmopolita, este território, estas cidades de que tanto se orgulham os almadenses.

Naturalmente, é um orçamento que respeita todas as regras do equilíbrio orçamental, e são Grandes Opções do Plano porque estão interligados, focado nas pessoas. Como eu já disse, um grande enfoque especial relativamente à habitação, não só à construção de fogos, mas também a reabilitação de fogos, que já está a decorrer como disse o Senhor Vereador Filipe Pacheco há pouco e bem. E, portanto, queremos mesmo que Almada, e deixem-me aqui agradecer de facto, a este Governo, que permitiu que assinássemos um protocolo com o IHRU, para a construção de 3500 fogos



em renda apoiada e renda acessível. O IHRU também tem estado a fazer o seu trabalho, podem dizer-nos: "sim, também esperávamos que estivesse mais avançado", é verdade, mas tem estado a fazer o seu trabalho, a lançar os projetos de arquitetura e também estamos em crer que durante este ano, poderão ser lançadas as primeiras pedras para a construção dessa Almada Poente que tanto ambicionamos e que vai também, não é apenas o Innovation District, que vai também alterar aquilo que é a dinâmica da própria Cidade. De facto, aquela zona toda que vai desde o Pragal até ao Monte de Caparica, vai torna-se num novo grande centro, um centro que queremos que seja um centro de qualidade, com habitação de qualidade, com transportes e naturalmente, garantindo também os equipamentos necessários para sustentar o aumento da população prevista. Equipamentos de saúde, naturalmente, assim como neste orçamento mencionamos a necessidade do Centro de Saúde do Feijó que continuamos a reivindicar, mas também salientamos a importância de criar um novo equipamento de saúde para aquela zona que se vai desenvolver, equipamentos de educação que tem que ser pensado com calma para poder dar resposta aos vários níveis, mas também equipamentos de segurança, de GNR, de Bombeiros, tudo isso é uma nova cidade que vi ali nascer, não é uma nova cidade, é tudo Almada, mas de qualquer maneira temos que saber apostar num desenvolvimento sustentável a todos os níveis, e não apenas ambientais, a sustentabilidade passa ou começa se me permitem, pela defesa daqueles que são os direitos fundamentais do ser humano e do cidadão.

E, portanto, estamos em crer assim como nós fomos o primeiro Município a protocolar com o IHRU, com base na nossa Estratégia Local de Habitação, e sabe bem, ver Almada ser mencionada como o primeiro nestas áreas da habitação, não era hábito. Também queremos continuar a ser referência na concretização dessa Estratégia. Sabemos que temos muito, muito caminho para fazer. Sabemos que os bairros mais degradados, as habitações mais indignas, ainda cá estão. Sabemos que ainda temos o 1º, 2º Torrão, sabemos que temos ainda o Bairro da Madame Faber, sabemos que temos as Terras da Costa também, sabemos que temos habitação degradada também no Laranjeiro Feijó, não é apenas aqueles que mencionam, temos vários bairros assim, mas estamos a lançar todas as bases para podermos resolver o mais rapidamente possível.

Relembro que, para já, já se prevê reabilitar o Parque Habitacional de Almada, traduzindo-se num investimento global de 38.000.000.00€ (trinta e oito milhões de euros), para além dos milhões que estamos a prever para a construção, e em simultâneo também conseguirmos resolver ou continuarmos a resolver outro drama que existe no nosso território, que são as AUGI, que são os núcleos destacados, e que é a falta de investimento, nomeadamente naquele que chamam tradicionalmente os núcleos destacados, onde de facto, o Município não cumpriu aquilo que eram as suas obrigações, muitas vezes que é a criação de infraestruturas em pessoas que pagaram as infraestruturas e que não viram a outra parte concretizada.

Por isso, o trabalho é muito, e sabemos que não se consegue sozinho. Já para além das instituições e aqui volto a dizer, a real preocupação, que temos, que qualquer alteração que venha a ocorrer e que pode ocorrer, estamos em democracia, não signifique atrasos em todos esses processos, há sempre um atraso, que cria, agora os prazos nomeadamente o Plano de Recuperação e Resiliência, esses não mudam e, portanto, acaba em 2026.

No âmbito da solidariedade e da inclusão, prosseguimos naturalmente, com aquilo que são as nossas várias ações, com o Plano Almada Solidário como sabem, era um plano que já estava a ser construído antes da emergência, tinha três vertentes muito claras, era o Almada Próxima, o Almada Cuida e o Almada Emergência, felizmente esse plano permiti-nos ser muito mais sólidos na resposta da emergência, mas naturalmente, queremos continuar com as outras vertentes e até intensificá-las. E de alguma maneira retomar, esperamos nós, tão breve quando possível, aquilo que era o nosso plano, que é criar de facto, serviços de apoio de cada vez maior a proximidade, cada vez mais destinado ao munícipe e às necessidades concretas que vão sendo identificadas.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Almada é um território de muitos, é verdade, muitos diferentes, mas com direitos para todos. E por isso, esta política municipal na área social, onde demos avanços tão significativos, privilegiando no mandato anterior, todas as questões ligadas à saúde mental, este ano queremos continuar, reforçar e também queremos criar outras dimensões nomeadamente, criando uma linha especial na área da saúde, que dê enfoque, relativamente à saúde oral e oftalmológica, porque todos nós sabemos quais são os impactos dela. Mas isso não impede a criação do Cartão Almada, que vai ser uma questão importante e que tem vindo a ser muito falada e que se vai concretizar este ano, que articula a vertente de apoio social com a dinamização do comércio local.

Iremos também implementar a figura de mediador, já temos um mediador junto da Comunidade Cigana, mas queremos implementar a figura de mediadores para uma maior articulação em proximidade com certas comunidades, bairros, zonas, e que nos parecem que são fundamentais para a nossa estratégia de acompanhamento municipal, já para não falar naturalmente, todo o trabalho que iniciamos ao nível dos sem abrigo, que foi muito, relembro que não havia uma única resposta para os sem abrigo em Almada, uma única, e que neste momento, para além do espaço de acolhimento diurno e noturno, temos também o acolhimento temporário e naturalmente, o Programa Housing First para permitir e tentar que as pessoas que se encontram em situação de sem abrigo, possam também ser reinseridas na sociedade também com apoio à criação de emprego ou encontrar emprego.

Este segundo eixo, é aquele que tem o maior investimento previsto e estamos a falar de 17.500.000.00€ (dezassete milhões e quinhentos mil euros), prova que em Almada, as pessoas, cada pessoa, cada uma na diferença da sua situação conta e que continuamos a tentar que ninguém de facto, fique para trás.

Outra das questões muito importantes, diz respeito à educação. A educação temos a dois níveis, temos um problema aqui também estrutural, há pouco falávamos dos problemas estruturais nos equipamentos de desporto, o que dizer dos problemas estruturais em muitas das nossas escolas e até algumas escolas construídas há relativamente pouco tempo. Mas, aqui já falei, temos o caso da Maria Rosa Colaço, que é um caso que nos preocupa há muito tempo. Mas também vamos conseguir por fim, lançar as obras de ampliação da Carlos Gargaté. Estamos a continuar o nosso plano de reabilitação dos refeitórios, perguntaram: “porque é que não executamos mais?” Relembro que, por exemplo, concursos que foram lançados para a reabilitação de refeitórios ficaram vazios, para nosso grande espanto, até porque os montantes eram avultados, mas ficaram vazios, e, portanto, vamos continuar o esforço desta reabilitação.

Em 2022, o Município irá ainda, implementar pela primeira vez o Programa Fruta na Escola, promovendo a alimentação saudável. Queremos também lançar aquilo que é uma estratégia local de educação para o Município, e tem que ser este ano, até porque temos novas competências, novas responsabilidades, temos muitas atividades extra curriculares, apoios à família, acho que é altura certa para todos pensarmos em conjunto, o Município apesar das competências nunca terá competência ao nível daquilo que são os programas, e ainda por cima a autonomia das escolas, mesmo na sua parte, mas também, das conversas que tivemos justamente com os Diretores dos Agrupamentos Escolares, acho que está na altura de nos sentarmos todos e ter aqui uma visão geral de tudo o que queremos para a educação em Almada, mas também a identificação das maiores dificuldades a serem ultrapassadas. Porque todos nós nos orgulhamos do trabalho dos nossos Professores e das nossas escolas, disso eu não tenho dúvidas. Mas também nos orgulhamos porque sabemos quais são as maiores dificuldades que há no terreno e também sabemos a sua capacidade de superação, que permitam que diga, nestes dois últimos anos, foi absolutamente extraordinária. Mas também sabemos que, estes dois últimos anos criaram atrasos, exigem de nós uma atenção especial para aquilo que vai ser necessário fazer, para tentar que nenhum aluno saia demasiado prejudicado dos dois anos que viveram.



12

No cruzamento entre a educação e a cultura, naturalmente, temos o grande projeto que neste momento até está mais nas mãos da Universidade Nova, de reabilitação do Instituto de Arte e Tecnologia, embora, o Município continue a ter a seu cargo a reabilitação do edifício das celas que será um ponto muito importante dado que é o ponto expositivo, continuará a ser um espaço por um lado de evocação do passado do Presídio, e por outro lado, também a montra do que se pretende ao nível da arte e tecnologia naquele espaço.

Quero falar também, e foi com grande satisfação, que já tivemos a visita da Professora Rosalia Vargas e daquela que eu espero que venha a ser a madrinha do nosso Centro de Ciência Viva, a Professora Elvira Fortunato, cujo o projeto pretendemos lançar também este ano. Já para não falar na grande prioridade que estabelecemos, que é de facto, a recuperação do nosso património, e quando eu falo do nosso património, falo do Solar dos Zagallos, já lançamos o projeto de reabilitação, queremos continuar agora com a Casa Pargana, já para não falar dos Paços do Concelho, a Casa da Cerca também já teve obras de reabilitação, vai precisar agora de um projeto mais profundo. Dos Capuchos também queremos lançar o projeto e à medida que os projetos forem sendo feitos, tentar lançar as obras de reabilitação.

Estes são alguns dos projetos previstos no Orçamento para 2022, num investimento total de cerca de 6.100.000.00€ (seis milhões e cem mil euros), para tudo o que é área cultural, naturalmente mantendo a nossa programação e permitam-me que diga, que é com uma grande satisfação que vemos reconhecidas duas das nossas posições nas galerias municipais, identificadas como fazendo parte do lote das dez melhores posições ao nível nacional, eu acho que nunca aquilo que é a programação cultural ao nível das artes plásticas em Almada, foi tão reconhecido.

Temos ainda naturalmente, aquilo que é a intervenção no espaço público, temos para além da grande empreitada que também aguardou o visto do Tribunal de Contas, do asfaltamento que vai começar agora e que vai abranger as cinco Freguesias, temos naturalmente a Estrada Florestal, a Avenida do Mar que também vai começar, a conclusão do Largo de Cacilhas, temos o fim da IC20 a chegada à Costa da Caparica, temos também toda a envolvente e aquela Frente Marítima junto do turismo que também já está a ser lançado, e só nisto temos um investimento de 11.600.000.00€ (onze milhões e seiscentos mil euros).

Será também lançado o concurso de eficiência energética, para fazer a alteração da nossa iluminação pública para Leeds, representando não apenas uma economia para o Município, mas também reafirmando aquele que é o nosso compromisso ao nível das tais metas que queremos todos atingir para um desenvolvimento sustentável e para fazer face às alterações climáticas.

Ao nível da mobilidade, cá está outra matéria que esperamos, não venha a ter grandes perturbações, diz respeito à expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica. O projeto não é nosso, estamos em articulação com o Governo, foi um compromisso assumido pelo o ainda 1º Ministro e estando naturalmente não seremos nós ou eu pelo menos, eleita o PS que irei desejar que haja alteração nessa matéria, mas na esperança sempre que todos reconheçam a importância deste projeto fundamental. Já para não falar da reabilitação do Transpraia, que é para nós fundamental também a sua passagem para a esfera municipal, e a sua ligação desde a Trafaria até à Fonte da Telha, para sua maior eficiência e começarmos a trabalhar num dos grandes projetos estruturantes previstos no nosso Plano Diretor Municipal, que é de facto, o corredor verde da IC20.

Estamos em conversações com as Infraestruturas de Portugal, como sabem a IC20, tirando a parte final que já passou para o Município à chegada mesmo da Costa e por isso é que já foi desclassificada, IC20, pertence à Estradas de Portugal, que vão ter que fazer também obras de requalificação e de adaptação aquele que é o fluxo de trânsito, mas que também já nos deram a garantia, já nos apresentaram aliás o projeto, que nós tanto temos estado a reivindicar, de melhoria dos acessos ao Centro Sul, para desanuviar aquele nó terrível do cruzamento entre aqueles que vêm



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da Costa da Caparica e que querem entrar em Almada e aqueles que vêm de Lisboa e querem seguir para a Costa da Caparica, ou para a Charneca de Caparica ou para outro sítio, toda aquela densidade de trânsito no Centro Sul, com a criação aliás, de uma passagem subterrânea para não haver cruzamento, e aqui também tentamos ao máximo lutar contra estes engarrafamentos doentios e estas horas de espera e os efeitos muito perversos que isso tem inclusivamente para a qualidade do ar.

Portanto, a reabilitação urbana continua a ser uma das prioridades, continuamos com o nosso plano de reabilitação e criação de mais parques urbanos, já falamos da terceira fase do Pragal, falamos da criação de outros jardins urbanos na Charneca de Caparica e não só.

Falamos de ter um grande investimento aqui também na área do turismo, afirmando Almada como uma marca forte no país e no mundo. Aliás, temos cada vez mais uma comunidade cosmopolita, que muito nos orgulha, e queremos afirmar este lado de Almada terra de acolhimento com direitos e deveres para todos.

Em 2022, iremos naturalmente cumprir um compromisso e que é não apenas o lançamento, que em termos de projeto já foi lançado e já temos até propostas para criação do novo centro de recolha obrigatória o Centro de Recolha Animal, mas também a criação de um cheque veterinário que também já está aqui previsto.

As Smart Cities são naturalmente o futuro, nós sabemos e quando falamos de Smart Cities, não falamos do conceito vago, falamos de uma cidade mais resiliente, mais ambientalmente sustentável, mas falamos também de modernização administrativa, falamos de facilidade para os munícipes, para os serviços, e é desse ponto de vista que estamos a abordar esta questão, falamos de maior e melhor mobilidade, e é desta forma integrada complementar, que estamos a trabalhar para que justamente possamos continuar. Temos que sair de uma lógica do pequeno projeto piloto, é verdade, Almada tem grande passado e teve alguns projetos importantes, para aplicação na prática de soluções que possam beneficiar todos ou uma grande parte ou uma grande zona e que as pessoas sintam.

Relativamente à mobilidade, importa também dizer, que todos aguardamos com grande impaciência o início do novo contrato de transporte rodoviário que está previsto iniciar-se em julho de 2022. Portanto, foi o grande concurso lançado pela Área Metropolitana de Lisboa, que é gerido pela empresa metropolitana de transportes, e, portanto, tudo o que nós fazemos na área da mobilidade é já pensar em articulação com esta nova rede de transportes.

Almada é sem dúvida um Município de campeões, e por isso, para 2022, a juventude e o desporto também têm um enfoque especial. E aqui também, conta com um orçamento de cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros), para este ano, mas não é apenas uma questão de dinheiro, eu acho que chegou de facto, altura e isto foi anunciado e é também um compromisso eleitoral, mas penso que é sobretudo uma vontade partilhada por todos, de criarmos aqui um plano estratégico de desenvolvimento desportivo, para que todos se possam reencontrar num projeto comum. Sabemos que há uns anos houve uma candidatura que mobilizou todos e que todos nós gostaríamos certamente de ter sucesso, de Almada Capital Desportiva. A realidade é que, seja ao nível de infraestruturas, equipamento, não era possível, não havia qualquer hipótese de Almada rivalizar com outros Municípios. Ora, nós queremos retomar essa ambição. Mas para isso precisamos de ter pelo menos um equipamento que possa ter provas oficiais de qualquer coisa. Ou uma pista, ou uma piscina, qualquer coisa. Podemos tê-lo felizmente na área do Surf, porque o mar é o mar, mas queremos ir mais longe. E isto tem que ser trabalhado naturalmente, com aqueles que fazem viver e que criam campeões todos os dias, que são os nossos clubes. Os nossos clubes que têm problemas ao nível de equipamentos, é verdade, uns ou porque não o têm, outros ou porque o têm e está em mau estado, ou porque o têm e é insuficiente, ou porque o têm e não têm atividade suficiente. E, portanto, temos que nos sentar todos, temos que conversar e temos que criar aqui sinergias. Um



bom exemplo dessas sinergias é sem dúvida nenhuma, esta última versão daquilo que eram os contratos ao nível das nossas piscinas e do ensino da natação, que fizemos com a SFUAP, agora o Almada   Prova de água, que representa um montante global de 600.000.00  (seiscentos mil euros), mas mais do que isso e que não é naturalmente para a SFUAP sozinha,   para todo o programa, mas sobretudo que representa aquilo que nós queremos fazer, que   reconhecer, não é a SFUAP porque poderia ser qualquer coletividade, não. É a SFUAP pelo seu passado, pela sua história e pela sua competência demonstrada na área da natação, que é algo muito diferente e   reconhecer de facto, aqueles que são os méritos, as capacidades e as mais valias que os nossos clubes e associações têm, e aí sim, uma verdadeira valorização, requalificação e um reforço de possibilidades e de serviç os e até apoio aos equipamentos do nosso Movimento Associativo. Não, nem todos fazem as mesmas coisas, e por isso devem ser considerados em função daquilo que têm de melhor e que melhor sabem fazer.

Assumimos um compromisso também, naquilo que é uma melhor governança e melhores serviç os públicos. E aqui há também grandes investimentos. Ou seja, uma Câmara Municipal para ser eficaz, para responder aos seus cidadãos, tem também que saber responder aqueles que são os seus trabalhadores. E temos naturalmente um aumento muito significativo, na ordem dos 5%, o que para aquele que já é o maior orçamento da Câmara Municipal, ao nível dos recursos humanos, diz respeito e bem, ao aumento do salário mínimo, ao aumento de 0,9% para a função pública, também diz respeito já a uma previsão de alteração, como nós temos feito progressivamente da nossa estrutura organizativa, já para incluir as novas competências. Claro que este orçamento, por exemplo, de Recursos Humanos, vai ser incomparável quando tivermos que incorporar no nosso orçamento as transferências de competências, vai ser muito difícil fazer comparativos, e, portanto, também estamos preparados para isso, mas também a criação de reforço de equipas, precisamos de equipas a todos os níveis, precisamos de equipas desde o assistente operacional ao técnico superior, porque temos que reforçar de facto, a nossa estrutura.

Uma boa notícia que já está confirmada, já foi assinado a autorização governamental, para a transferência da Bateria da Raposa para o Município, o que significa que já podemos preparar o auto de transferência e começar a fazer as obras de reabilitação daquele imóvel para a instalação não apenas dos nossos serviç os de Proteção Civil, mas também a criação da central única que os nossos Bombeiros tanto reclamam, ser um espaço também aberto   população com a criação de um polo museológico num projeto aliás, que é um projeto intermunicipal, que   a musealização, de todas as baterias de costa aqui no Estuário d Tejo.

Dizer ainda muito rapidamente, a criação de uma loja do cidadão no Caramujo Romeira e naturalmente, iniciarmos logo em janeiro, sei que houve uma pergunta nesse sentido, iniciarmos logo em janeiro as conversações com todas as Freguesias e Uniões de Freguesia, para agora sim, fazermos um processo de transferência de competências com todas por igual, que certamente será mais fácil.

Fico-me por aqui Senhores/as Deputados/as Municipais, é um gosto de facto, poder trabalhar com esta equipa, com estes trabalhadores, agradeço desde já a todos os serviç os, a todos os trabalhadores que compõem o universo municipal.”

6.9.1.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Almada para o ano de 2022, além da continuidade das atividades do no anterior, asseguram a gestão integral pública e municipal do ciclo urbano de água, tendo por base três grandes pilares estratégicos, tal como consta até do documento que vos foi distribuido.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A satisfação das necessidades dos munícipes, a sustentabilidade da organização e naturalmente a sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito ao orçamento para 2022, prevemos arrecadar um total de receitas perto dos 30.000.000.00€ (trinta milhões de euros), que somando à parte do Saldo de Gerência consolidado, transitado de exercícios anteriores, no valor 7.700.000.00€ (sete milhões e setecentos mil euros), iremos ter um orçamento de 37.000.000.00€ (trinta e sete milhões de euros), é o orçamento mais alto dos últimos anos.

Este ano de 2022 será desafiante, de extrema importância do ponto de vista do investimento na qualidade do serviço prestado, seja esta qualidade medida pelo grau de satisfação dos nossos munícipes ou pelo impacto ambiental.

A boa gestão é benéfica para todos, e como tal, um dos primeiros projetos para o próximo ano, será a definição e a aprovação de um plano estratégico dos SMAS de Almada e a criação de indicadores de apoio à gestão.

Iremos também proceder à revisão do Regulamento de Abastecimento de Água e do Saneamento das Águas Residuais, e no seguimento do pilar da sustentabilidade ambiental, vamos prosseguir com a otimização da ecoeficiência energética, e a gestão da fatura energética, tendo como objetivo reduzir o consumo dos equipamentos identificados com uso significativo de energia.

Pretendemos também implementar um sistema de telegestão da rede de drenagem doméstica e pluvial, implementar a solução návia na gestão de ordens de serviço das estações elevatórias de águas residuais e pluviais.

Além de tudo isto, existe um conjunto de projetos e obras previstos no orçamento para 2022, que teremos que forçosamente, o investimento em projetos de inovação, a execução de novos furos de captação, a remodelação de condutas de água, dar continuidade à renovação das infraestruturas tecnológicas dos SMAS, a remodelação e beneficiação das ETAR com vista ao seu adequado funcionamento e cumprimento dos requisitos legais estabelecidos nas licenças, nomeadamente na Mutela e no Portinho da Costa, reabilitação de adutoras, reservatórios e centrais, e naturalmente aquilo que são algumas obras de infraestruturas muito necessitadas, nomeadamente a requalificação da Avenida do Cristo Rei, a renovação da rede de adução e distribuição de água na Estrada Nacional 10/1 e além de um projeto que vem de anos anteriores, nomeadamente a questão do Museu da Água, que prevemos abrir no próximo ano.

Este Orçamento para o ano de 2022, prevê um reforço significativo na rubrica de investimento, que é uma das grandes necessidades dos SMAS e iremos de facto, fazer um esforço significativo para acelerar o processo de renovação e de investimento na questão da reabilitação das condutas de abastecimento de água.

Relativamente ao Mapa de Pessoal proposto para o ano de 2022, ele reflete as necessidades dos serviços, nomeadamente, por força do número de saídas e passagens à reforma de trabalhadores, e nesse sentido estão previstas a ocupação de vagas em 74 novos postos de trabalho.”

6.9.1.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando ser o mais telegráfico possível nesta apresentação do Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB. Os documentos foram distribuídos eu também já tive a oportunidade de detalhar aqui o Plano de Atividades e Orçamento também no âmbito d 1ª Comissão desta Assembleia Municipal, mas começar por reforçar aquilo que é o contexto de apresentação deste Plano de Atividades e Orçamento. Um contexto de um ano de 2021, em que a receita da WEMOB foi bastante afetada pela pandemia, não esquecer em grande parte as medidas de mitigação do impacto da pandemia, seja ao



12

nível da isenção de parquímetros, seja também ao nível de uma fiscalização moderada e suave ao longo de todo o Município, principalmente nas alturas de confinamento, tiveram aqui um impacto muito sério naquilo que é a receita, ainda assim, foi possível ir realizando alguns investimentos como está detalhado no documento.

Eu gostaria em termos daquilo que se prevê em termos de atividades e em termos de orçamento para 2022, eu queria só destacar aqui aquilo que considero serem os cinco principais eixos deste documento.

Em primeiro lugar, uma vertente muito importante de serviço público de mobilidade e estacionamento. Aquilo que está previsto é nós resolvermos aquilo que é a atual situação do Regulamento Geral de Estacionamento. Depois, temos aqui a previsão também muito importante de criação de novos lugares de estacionamento e bolsas de estacionamento, nós sabemos que essa é uma necessidade muito premente um pouco por todo o Concelho. E depois também, a abertura de parques de estacionamento em praias, pelo menos em dois, estamos a falar aqui concretamente na Morena e na Sereia, que têm aqui uma vertente muito importante na parte do estacionamento.

Depois uma segunda vertente também muito importante, tem a ver com a mobilidade inclusiva, neste caso com o Flexibus. Nós temos aqui um investimento forte nesta mobilidade inclusiva, nós sabíamos que e todos saberão que existem duas rotas atualmente do Flexibus, a rota de Almada e a rota de Pêra. A rota de Pêra já era gratuita, aquilo que nós fazemos para 2022, é assumir todas as rotas do Flexibus como gratuitas e, portanto, tornar a rota de Almada uma rota gratuita, havendo também um reforço do investimento ao nível de aquisição de autocarros, de divulgação deste serviço junto da população, é muito importante que ele exista, mas seja divulgado. Que as pessoas saibam que ele existe e muitas vezes ou pontualmente, isso não está a acontecer, e, portanto, nós reforçamos esse investimento muito importante.

Uma terceira vertente, melhoria naquilo que é o serviço de remoção dos veículos em fim de vida, nós assumimos isso de forma muito clara, que é preciso haver aqui uma retoma e um reforço deste serviço, por isso há aqui a previsão do reforço da equipa, investimento na aquisição de reboques, continuação daquilo que é o arrendamento do espaço para colocar os veículos em fim de vida e também divulgação deste serviço.

Depois, uma quarta vertente que tem a ver com a gestão do litoral. Prosseguir aquilo que é a gestão dos apoios de praia da frente urbana e não urbana.

Uma quinta e última vertente que eu gostava também de destacar e ainda há pouco tínhamos aqui um município a trazer um assunto relacionado com alguns diferendos relativamente à WEMOB. Nós temos uma vertente muito importante na WEMOB que tem a ver com a melhoria do atendimento ao público. É muito importante nós aprofundarmos e continuarmos aquilo que é um processo de transformação digital nesta empresa. Principalmente ao nível daquilo que é a relação com o cidadão, e dou um exemplo de como é que vamos concretizar isso, que é respondendo aquela que tem sido uma das queixas recorrentes e constantes que a empresa tem tido ao nível da emissão de dísticos. Portanto, aquilo que vamos fazer é implementar uma nova aplicação informática, que permitirá que o município não tenha que se deslocar à WEMOB para ter o dístico. Existem também outros exemplos, eles estão detalhados no Plano.

Gostaria apenas de uma última nota que tem a ver com as condições na empresa. Eu neste contexto gostava também de aproveitar este momento para agradecer em nome da Câmara Municipal aos trabalhadores da WEMOB, por terem feito durante o ano de 2021 um trabalho muito importante, em condições muito difíceis, em condições muito particulares que todos nós sabemos, não é só da WEMOB, toda a Câmara em geral, obviamente num contexto de pandemia, o serviço de gestão de mobilidade dentro do nosso Município, teve ainda mais desafios. Neste contexto, nós temos aqui



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

uma vertente de reforço das melhorias das condições da empresa, nomeadamente ao nível das instalações dos trabalhadores, aposta na formação, tudo isso também está detalhado.”

6.9.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU);

6.9.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pelo quinto ano consecutivo somos chamados a apreciar e discutir as Opções do Plano e Orçamento, apresentadas pela atual maioria formada pelo PS com o apoio do PSD.

Se no início do mandato anterior, em que o PS chegou à Presidência da Câmara Municipal, alguma inexperiência do executivo de então podiam justificar que determinadas metas e objetivos apresentados, acabassem por ficar na gaveta ao longo do ano ou a sua execução fosse muito baixa, aquilo a que vimos assistindo desde então, mostram que não estamos perante um problema de inexperiência, mas antes uma gestão deliberadamente casuística, que faz da apresentação destes documentos uma mera operação propagandística, onde nada do que ali se diz constitui um qualquer compromisso perante as populações, que como tal tenha de ser cumprido.

Não deixa de ser elucidativo do que acabamos de referir termos tido eleições autárquicas há 3 meses, às quais o PS se apresentou com um programa eleitoral que diz querer realizar nos próximos anos ao mesmo tempo que a projetos emblemáticos aí referidos, não corresponde a uma única linha nas Grandes Opções do Plano agora apresentadas. Refiro-me ao pomposo Projeto Innovation District, à Regeneração Urbana da área do Caramujo/Romeira, ao Plano Integrado de Reabilitação da frente Ribeirinha Urbana, à Requalificação do Centro Sul, entre muitos outros.

Serviam para compor o ramalhete no Programa Eleitoral, mas não fazem parte das Grandes Opções do Plano. Mas nada disto é importante porque sejam promessas eleitorais incluídas ou não incluídas nas Grandes Opções do Plano, com o PS no poder logo se verá mais tarde o que se fará.

Não! Por muito que custe à atual maioria ouvir isto, é importante que se diga que nada daquilo que se diz nestes documentos é para levar a sério e que aquilo que no final do ano é objeto da chamada prestação de contas anual, é qualquer coisa que em termos orçamentais fica sistematicamente muito aquém, mas muito aquém, do que é prometido no Plano e Orçamento.

Tudo isto a que vimos assistindo ano após ano com a apresentação destes documentos pela atual Câmara Municipal, é injustificável e desprestigiante para os órgãos do Poder Local de que fazemos parte e para que fomos eleitos pelas nossas populações.

Vejamos alguns exemplos bem elucidativos do que acabámos de afirmar:

Que sentido tem a afirmação completamente desajustada da Sra. Presidente da Câmara de que temos em 2022 o maior orçamento inicial de sempre em Almada, com 142 milhões de euros, se à imagem dos anos anteriores a execução ficar 50 milhões abaixo e se isso não acontecer, será porque tal como foi feito em 2020, e foi feito de novo este ano, a uma semana do fim do ano, pegam-se numas dezenas de milhões de euros (o ano passado 20 milhões e este ano 12 milhões de euros) e faz-se uma aplicação financeira à taxa de juro zero para assim aumentarem a execução da despesa e em especial da despesa de capital.

Que sentido tem apresentarem um Orçamento para 2022 que prevê pasme-se 37 milhões de euros de investimento, quando até novembro deste ano, dos 33,4 milhões orçamentados tinham sido gastos 8,9 milhões (27%).

Num ano executam pouco mais de 9 milhões de euros, no outro e num passo de mágica propõem-se quadruplicar essa execução.

Que sentido tem quando depois de terem desaproveitado 4,1 milhões de euros dos 7,9 milhões de Fundos Comunitários disponibilizados no corrente ano (mais de 50%), orçamentar para o próximo ano uma utilização de 17,3 milhões de euros de Fundos Comunitários, dos quais 13,3 milhões de euros são do PRR e para a habitação.

Mas alguém acredita que sem concursos lançados, sem terrenos e sem projetos em 12 meses executam-se 13,3 milhões de euros. É lamentável dizer isto, mas a este ritmo e com este executivo



municipal, infelizmente para os nossos munícipes para quem o direito à habitação consagrado na Constituição é ainda uma miragem, nem daqui a algumas décadas terão esse direito concretizado. Afinal depois de tanta promessa repetida ao longo dos últimos quatro anos, a verdade é que vamos entrar no quinto ano desta gestão PS e nem ainda uma habitação foi construída.

Como é que vão no âmbito do PRR utilizar no próximo ano 6,9 milhões de euros na reabilitação no Bairro do 2º Torrão? Que sentido tem este projeto?

Muitos outros exemplos podem ser retirados do PPI para 2022 que reforçam a falta de credibilidade daquilo que é prometido neste documento, desde aquilo que se promete gastar em edifícios municipais, em Escolas, em Jardins de Infância, em intervenções em infraestruturas rodoviárias, quase tudo propaganda, muita propaganda e nada mais.

É sempre bom lembrar que Almada que até 2017, foi dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa com maior capacidade de execução de Fundos Comunitários, disso beneficiando toda a nossa população, com os inúmeros equipamentos desportivos, educativos, sociais e culturais construídos, hoje Almada é dos piores senão o pior município da AML, na utilização desses mesmos Fundos Comunitários, devolvendo anualmente milhões e milhões de euros por incapacidade de realização, com isso perdendo toda a população, em especial aquela que depende da escola pública para estudar e do equipamento desportivo e cultural público, para ter acesso ao desporto e à cultura.

Ora num período em que vão ser disponibilizados para o nosso país e para intervenções muito específicas e num prazo relativamente curto, montantes financeiros muito consideráveis, é extremamente grave, que por incapacidade deste executivo essa oportunidade venha a ser perdida.

Aquilo que aconteceu nos últimos anos, esta permanente incapacidade de execução aliada a uma desconfiança e hostilidade permanente com o movimento associativo recreativo, cultural, desportivo e social concelhio e, muitos outros agentes económicos e sociais, não auguram nada de bom e podem ser um grande obstáculo à necessidade de unir todos os esforços e capacidades para que o Concelho possa voltar a destacar-se pela sua capacidade na captação desses mesmos apoios comunitários, para a resolução dos verdadeiros problemas que a população enfrenta, sejam eles de habitação, saúde, educação, ambiente, transportes e acessibilidades.

Certamente não será com documentos meramente propagandísticos e irrealistas como as Opções do Plano e Orçamento que agora discutimos ou com propostas de política fiscal municipal que contribuem para o agravamento da distribuição do rendimento entre a população do nosso concelho, como aquelas que foram aqui aprovadas com a nossa oposição, mas será certamente com a apresentação de propostas que contribuam para a redução desse mesmo desequilíbrio e pelas quais a CDU nunca deixará de se bater.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, a nossa população de Almada, em especial a população trabalhadora e mais desfavorecida, merecem mais, muito mais do que aquilo que a atual maioria lhes tem proporcionado.

No poder ou na oposição bater-nos-emos sempre para que a população do nosso Concelho, em especial a mais desfavorecida, veja os seus interesses e as suas necessidades respeitadas pela sua Câmara Municipal. Algo que nos últimos anos, apesar das muitas promessas feitas, está cada vez mais longe de acontecer.”

7 - Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H35, deu-se por concluída a segunda Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal eram cerca 000h00, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 29 de dezembro, pelas 21.15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Inês de Medeiros, e os/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira, José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Tiago Galveia e Fernando Cordeiro Cruz.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9 – Foi verificada a presença de cerca de 8 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

J. J. A.

O 1º SECRETÁRIO

Paulo Vieiras

A 2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Silva